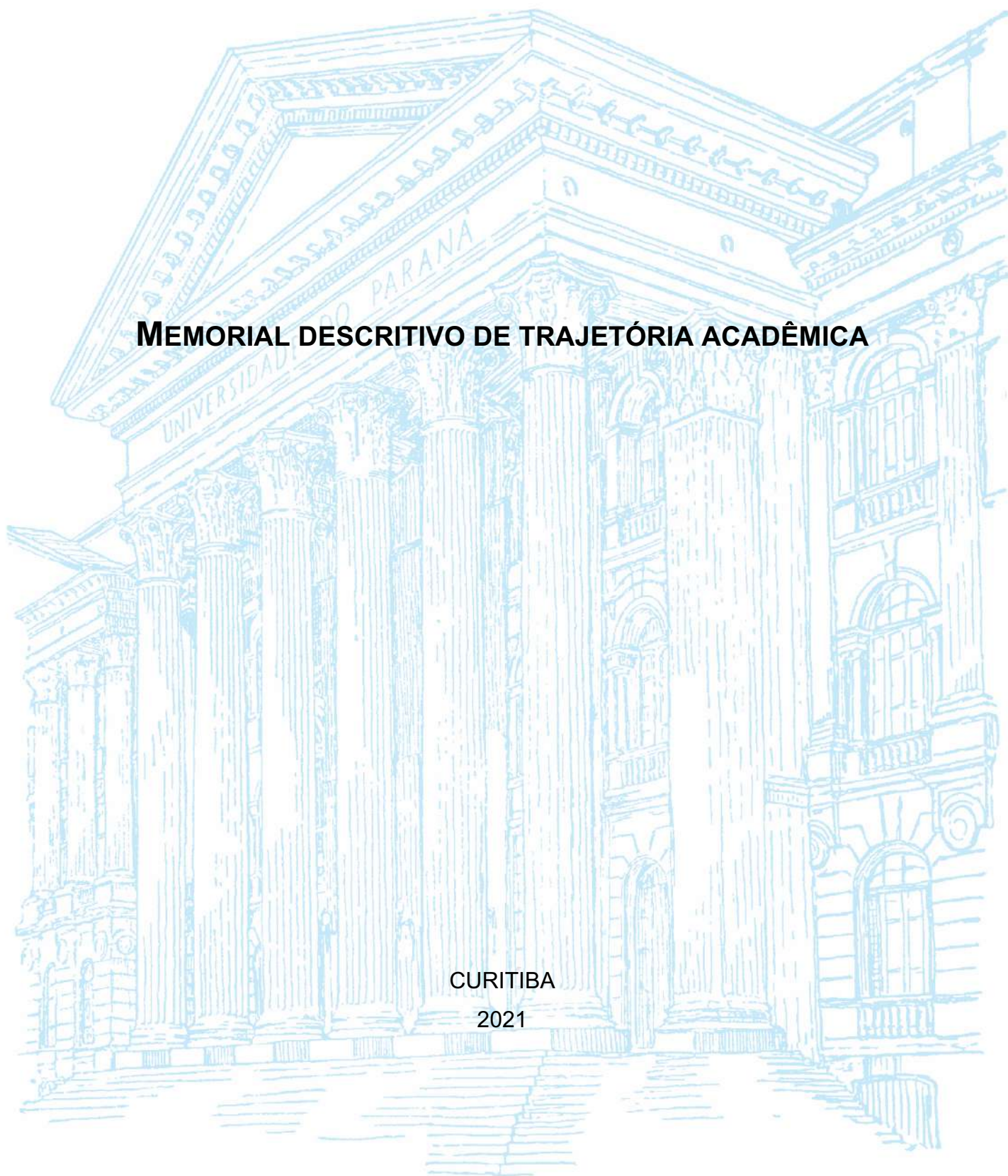


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MEMORIAL DESCRITIVO DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

**CURITIBA
2021**



MEMORIAL DESCRITIVO DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

LUIZ CARLOS RIBEIRO

Memorial descritivo apresentado como requisito parcial à progressão na Carreira do Magistério Superior para o cargo de Professor Titular no Departamento de História do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Dedico este memorial a Maria, minha mulher, companheira e sustento intelectual e político de tudo o que descrevo aqui. Sem ela meu mundo teria sido muito cinza.

Completam o arco-íris de luzes meus dois filhos, Guilherme e Felipe.

SUMÁRIO

Introdução	05
Os primórdios	08
A trajetória na graduação em História	17
A experiência do Mestrado	32
A experiência do Doutorado na França	39
A trajetória da pesquisa na UFPR	43
Extensão e encargos acadêmicos	73
Perspectivas	76
Referências	77
Currículo Lattes	79

Introdução

É difícil para mim como historiador, por ofício um crítico da memória, escrever sobre as minhas próprias. Certamente corro o risco de trair a mim e à própria história. Afinal, toda sorte de memória, individual ou coletiva, é uma forma de apropriação. De modo que não tenho a pretensão à verdade como essência, mas como tensão. O que posso prometer é um esforço de distanciamento crítico. É o mínimo que se espera de um cientista social.

Também não quero fazer deste memorial uma autobiografia. Mais do que isso, quero fazer desta retrospectiva um diálogo com os momentos intelectuais e políticos que vivi.

Parto do princípio de que nenhuma experiência é simplesmente individual. Toda experiência de vida é coletiva, seja com familiares ou amigos, seja com o ambiente profissional.

Como pretendo, neste relato, me ater à minha experiência profissional de professor e pesquisador em História, toda a minha narrativa será calçada nos professores que tive, nas leituras que realizei, no material que produzi e nas experiências políticas, ao longo de décadas.

Esta retrospectiva acadêmica não pode ser dissociada da minha convivência política. A minha escolha em trabalhar com história social e política não foi/é aleatória, estando sempre associada às minhas opções e atuações políticas. Experiência esta que, ao mesmo tempo, sempre exigiu um esforço de distanciamento crítico. Ou seja, o compromisso ético de que a militância política não se sobrepusse à minha produção acadêmica e ao ensino da história. Sempre me afastei do proselitismo político. Aliás, foi esse espírito crítico que me impediu alguma carreira política, como se apresentou para mim no Partido dos Trabalhadores, do qual fui militante nos primeiros momentos da sua fundação, no início dos anos 1980.

Como nos alertou Bourdieu, espero ficar atento à “ilusão retrospectiva” dos fatos, que seria, sem qualquer discernimento, ler o passado com olhos do presente. E igualmente alerta às armadilhas da “memória seletiva”.

Se, no processo de reflexão retrospectiva, como nos ensina Halbwachs, a primeira testemunha à qual podemos sempre apelar é a nós mesmos, isso não

elimina o fato de que não existe memória sem conflito. Um relato a partir de si, ao mesmo tempo que é uma forma de autorrepresentação, não pode ter a ilusão de ser uma construção imaginária de si mesmo. Ao mesmo tempo que é uma forma de reencontro, de ir ao encontro de si, é preciso a clareza de que você não está só. Toda memória está carregada de mundo.

É obvio que não enxergo mais o passado com aquele olhar que me foi contemporâneo. Acumulou-se sobre o meu contorno intelectual e político uma carga que altera a minha leitura, de tal modo que me impede de “voltar ao passado”. O fato é que, em todas essas circunstâncias e momentos, eu nunca estive só. É na história socialmente vivida que se apoia nossa memória. (HALBWACHS)

Assim como o conceito de memória coletiva — ou ao que eu prefiro denominar de “sentimento de pertença” —, também a memória individual passa por um processo de negociação (Halbwachs). De tal modo que individual e coletivo são distintos, mas não simplesmente antitéticos.

A memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões.

Por isso, este memorial claramente não se apoia apenas em mim. Minhas lembranças são apenas fatores de estímulo, de esforço em reativar acontecimentos passados. Assumo a incapacidade de fazê-lo sozinho. Não quero fazê-lo sozinho, mesmo que pudesse. Ter essa pretensão seria trair a minha própria memória, que sei não é individual, mas social.

Dos acontecimentos dos quais tenho lembranças de ter vivenciado, certamente a muitos aspectos não me foi dado acesso. Sobretudo por causa dos lugares sociais de escuta e de fala que ocupei, possam ter sido obliterados por fatores sociais impositivos ou por decisões conscientes minhas. Afinal, com algum grau de arbítrio, eu fiz as minhas escolhas.

Esses lugares sociais de fala e de escuta de alguma forma produziram uma intuição afetiva. A subjetividade da minha experiência e da minha memória. É muito a partir dela que relembro. Como nos lembra Merleau-Ponty, a subjetividade plena é soterrada de mundo, “vem do mundo, bebe o mundo, precisa do mundo para ser”.

Muitos acontecimentos certamente foram silenciados de forma inconsciente por mim. Outros eu fiz questão de lembrar. Assumo que a memória é seletiva. Seria ingênuo imaginá-la neutra.

Assim, entre outras situações, eu escolhi ser marginal em relação às decisões tomadas pelos grupos hegemônicos à época de minha graduação na UFPR, em pleno regime da ditadura militar. Como fiz a escolha por um outro espaço acadêmico (e ideológico) quando, em 1978, deixei o Mestrado da UFPR e me dirigi à USP, onde concluí o Mestrado em 1985. O mesmo pode dito da minha militância no Partido dos Trabalhadores, no momento de sua fundação: por ser crítica me fez periférico, até o ponto em que resolvi sair do Partido. Essas escolhas me colocaram em lugares de escuta, de fala e de empoderamento, e é a partir deles que construí as minhas memórias.

Portanto, quando agora procuro lembrar, não tenho o desejo de falar de mim, mas dos lugares sociais e das relações com outros que experienciei.

Os primórdios

Por ser de origem familiar operária, a necessidade econômica me levou a trabalhar desde muito jovem. O trabalho para os meninos pobres era prioritário. Estudo e leituras eram secundários e invariavelmente relegados ao período noturno. Trabalhei inicialmente com meu pai e meu irmão mais velho como verdureiro. Saíamos de madrugada para fazer as compras no Mercado Municipal — na época não existia o CEASA — e em cima de uma carroça puxada por uma égua fazíamos as vendas nos bairros das nossas redondezas.

Aos 14 anos tive pela primeira vez a carteira de trabalho assinada, como *office boy* em uma empresa de construção civil. Antes já havia rodado na informalidade por lojas de turcos na rua João Negrão, em Curitiba. Tive inclusive a experiência fracassada, por um dia, de vendedor ambulante.

As aspirações de futuro de meus pais em relação a mim e a meu irmão não eram de que nos tornássemos médicos ou advogados. Essas eram aspirações das classes média e alta. Como classe de origem operária, o máximo que se desejava, para os “filhos homens”, era uma carreira nas forças armadas. Sobretudo naqueles sombrios anos de 1960/70 de militarização da sociedade brasileira. Ou talvez um profissional técnico de nível médio. O importante, para os meus pais, era que superássemos a situação de quase analfabetismo e de trabalho braçal da vida deles. Trabalhando durante o dia, fiz os cursos ginásial e colegial no período noturno.

Na adolescência comecei a participar de um grupo de jovens na igreja católica. Meus finais de semana eram passados no Seminário dos Palotinos, onde havia um grupo de juventude católica (JUCA), ligado à tradição familiar e religiosa, mas muito divertido para se namorar e fazer amizades.

Minhas lembranças me remetem de forma mais significativa à convivência no colegial, no Colégio Estadual Hildebrando de Araújo, no antigo bairro Capanema. Fase de minha adolescência e juventude, foi quando comecei a fazer as minhas escolhas de forma mais consciente. Escolhas de amizades, de leituras e de vínculos políticos, que vinham ao encontro da minha vontade de romper com a tradição conservadora dos meus laços familiares.

Nesse ambiente cresci na convivência com amigos — em especial com Nelson Sabbagh, poeta e crítico — e professores, em especial o da disciplina de História, que tinha um nome muito peculiar, sobretudo para aqueles dias de violenta perseguição política: Stalin Passos.

Lembro-me de sua cassação como diretor do colégio, seguido do saque aos livros da biblioteca da escola pelos militares. Eu, Sabbagh e mais alguns colegas pichamos os muros do colégio com a frase “Queremos Stalin”. Foi meu primeiro ato político *à gauche*.

Particpei do grêmio estudantil, onde encenávamos peças de teatro. Um grito amador de vontade de liberdade, para mim de caráter mais comportamental do que político — afinal eu vinha de uma família religiosa e com limites culturais. Redigimos coletivamente — Nelson, Renato e eu — e apresentamos uma peça, “O quarto”. Tratava da história de três jovens em uma república de estudantes. Era um pouco os ares dos vários Maios de 68 que atravessávamos. À época, nós três ainda morávamos com nossos pais, e a ideia de uma “república” era parte da liberdade que ansiávamos. Uma forma de nos libertar do ambiente conservador de nossas famílias. Talvez mais por mimese que por consciência.

Uma vontade de “viver o impossível”, um sentimento que boa parte daquela geração de algum modo experimentou. Um misto de inquietação juvenil — em que tudo é muito sofrido! — e algum grau de consciência de revolta social.

Quando terminei o colegial, minhas opções eram o curso de Direito ou o de História. Dois fatores influíram na minha decisão: meus professores de História (em especial o Stalin Passos) e o fato de ter no vestibular de Direito a prova de Latim, que nunca tinha estudado na minha trajetória de escola pública.

Quando entrei no curso de História, que era vespertino, tive que deixar o emprego do escritório e passei a trabalhar à noite como inspetor de alunos no colégio Hildebrando de Araújo, onde havia estudado. Além de cuidar da disciplina nos corredores da escola, datilografava e imprimia no mimeógrafo as apostilas e provas utilizadas pelos professores.

Concomitantemente, ainda como calouro de História, em 1970, iniciei minha carreira como professor. A primeira experiência foi na própria UFPR, no cursinho pré-vestibular do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, que agregava os cursos

de Ciências Humanas. O DARP era uma recém-criada instituição do regime autoritário e estava sob controle dos regimes de segurança, em especial o que se instalara na Universidade.

Como ainda não tinha formação suficiente para ser professor, com apenas um ano de universidade, passava madrugadas lendo e resumindo a “História da Civilização Ocidental”, do Edward Mcnall Burns, e “A Evolução do Capitalismo”, do Maurice Dobb, para poder dar as aulas no dia seguinte. Literalmente, tornaram-se meus livros de cabeceira.

Foi ali também que comecei a escrever sobre História, pois nós redigíamos as apostilas que, admito, eram compilações pouco originais dos livros e de materiais didáticos. Nós mesmos datilografávamos e imprimíamos em mimeógrafo à álcool para os estudantes.

Tanto o curso quanto as apostilas eram oferecidos gratuitamente aos alunos e alunas. Não lembro dos detalhes, mas o Diretório recebia subsídios que foram cortados e o “cursinho” foi fechado.

Em 1972, conheci a experiência do Projeto Rondon, um projeto de extensão universitária implantado pelo governo federal em 1968. Não me recordo como me envolvi nessa empreitada, mas lembro-me dos preparativos e da experiência na distante Imperatriz do Maranhão, onde ocorreu o estágio. Vinculada ao Ministério do Interior e Forças Armadas, foi o primeiro ano dessa atividade extensionista na UFPR. Minha experiência foi no Campus Avançado de Imperatriz, no Maranhão.

Segundo o historiador Rodrigo Motta, existia na proposta do projeto Rondon a dupla finalidade de desmobilizar o radicalismo dos estudantes, oferecendo “um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares”, e “interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas (MOTTA, 2018:101-102).

Ainda segundo Motta, a motivação da Operação Rondon era integrar as áreas remotas das fronteiras ao Brasil desenvolvido, a partir de “ações integradoras”,

realizadas por meio de projetos extensionistas de professores e estudantes universitários (MOTTA, 2018:96).

Não sei em relação à maioria — nunca fizemos uma avaliação da operação —, mas para mim a experiência foi outra. Consolidou ainda mais a minha crítica social, ao mesmo tempo que me colocou ao rés do chão em relação às minhas incipientes verdades intelectuais e políticas.

O ambiente político, à época, era de implantação da recém-aprovada Lei de diretrizes e bases da educação (Lei 5.692), de 1971. O objetivo de nossa missão era realizar um diagnóstico da realidade local, sob aspectos socioeconômicos e educacionais, e fazer uma atualização do ensino das disciplinas básicas, com base na reforma educacional. Foi um fracasso!

Sob a orientação e chefia de um professor de Sociologia, preparamos cursos que seriam ministrados a professores do ensino básico da rede pública local, bem como uma pesquisa sobre a realidade econômica e social da região. Claro, eu fiquei responsável pela disciplina de História.

Fizemos um rápido curso sobre a lei 5.692 que, pela superficialidade, revelou-se inócuo. Ou seja, se o objetivo era introjetar valores pedagógicos e sociais renovados e embasados na ideologia dominante, a experiência foi um desastre. Cada um acabou indo com a sua própria bagagem e despreparo. O próprio professor e chefe da missão revelou-se ignorante em relação à realidade em que iríamos atuar.

Fomos levados de Curitiba em aviões da FAB e, à medida que sobrevoávamos a região, começamos a colocar em xeque os nossos projetos. A região era extremamente pobre. A pesquisa socioeconômica, previamente preparada, questionava sobre a posse de geladeira, fogão a gás e outros utensílios absolutamente urbanos e de cidades ricas, como era Curitiba. Alguns de nós, mais críticos, nos sentimos incomodados em aplicar o questionário. As moradias eram muito pobres, sem redes de esgoto, água encanada ou luz elétrica. Eletrodoméstico era um termo desconhecido. De tal modo foi inapta a pesquisa aplicada, que os precários resultados da enquete foram ignorados.

No plano pedagógico, as consequências não foram diferentes. O eixo principal da reforma educacional tinha por finalidade proporcionar aos docentes e

discentes a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Lei n. 5.692/71), em especial com relação ao que passou a ser chamado de 2º Grau — antigo colegial —, voltado agora à habilitação profissional técnica e que atendesse às demandas imediatas do mercado local. Era bem o discurso da época, de formar mão de obra especializada para atender ao *boom* da economia brasileira, que mais tarde ficou conhecido como período do “milagre econômico”.

Mas a realidade socioeconômica de Imperatriz do Maranhão estava longe dessa ideia de modernização e integração. Nas salas de aulas com os professores da rede básica de ensino, descobrimos que alguns eram semianalfabetos. Eu havia levado textos que imaginava seria o mais atualizado sobre teoria e historiografia de História do Brasil.

Além do fracasso da pesquisa montada para conhecer a realidade local e a enorme distância entre o material didático e a realidade dos professores locais, duas outras imagens marcam as minhas lembranças dessa experiência.

Uma delas foi na recepção à nossa chegada. Foi organizada uma festa em que haveria a participação de residentes do curso de medicina, que também estagiavam na região. Como a maioria do nosso grupo era de mulheres — a maioria pedagogas —, a euforia foi grande. Havia ainda a promessa de que nos seria servido “uísque com água de coco”. Uma tertúlia nos confins do Brasil. Lembro-me que apenas eu e o Gilberto Carvalho — então aluno do curso de Filosofia — nos recusamos a comparecer.

Outra imagem que não esqueço, foi no desfile do Sete de Setembro: organizadas pelas professoras, as crianças desfilavam uniformizadas e tinham penduradas no peito máquinas fotográficas feitas em papelão. Nunca descobri se foi um gesto de inocência ou de profunda crítica social. Mas, de todo modo, era como a sociedade local nos via: turistas passeando no sertão e tirando fotografia dos nativos.

Depois dessa experiência voltei para o meu cotidiano e saí pelo mundo dando aulas, em escolas particulares ou na rede pública estadual como professor

substituto. O governo Estado do Paraná ficou por muitos anos sem concurso para professores efetivos, o que não é muito diferente dos dias atuais.

Entre várias escolas, depois de formado voltei ao Colégio Hildebrando de Araújo, em 1973/4, agora como professor de História. Foi ali que conheci uma pessoa maravilhosa, a Maria José Justino, professora de Filosofia, que foi minha companheira e parceira intelectual e política nesses quase cinquenta anos. Devo a ela muito de minha trajetória de vida, além de termos tido dois filhos formidáveis, Guilherme e Felipe.

Lecionei em vários colégios e faculdades em Curitiba e em Campo Largo. Entre essas várias experiências, lecionei no curso de Filosofia na PUC-PR, onde trabalhava basicamente com seminaristas. Alguns com uma boa erudição trazida dos cursos de Teologia, o que me exigia muito. Também foi profícua a minha experiência na FAE-Faculdade de Administração e Economia, onde ministrei as disciplinas de Formação Econômica do Brasil — o que me obrigou a ler e reler Celso Furtado — e História do Pensamento Econômico, quando me dediquei aos clássicos da economia política, de Marx a Keynes.

Nesse momento — entre 1976 e 1977 —, tive uma experiência curta na fábrica cimentos Itaú do Paraná, no município de Rio Branco do Sul. Uma experiência peculiar. Por conta de minha militância sindical, fui mandado embora do colégio em que lecionava. Como estava desempregado, o grupo político com quem me relacionava — ligado à igreja católica progressista — me arranhou o emprego. A justificativa é que eu estaria dentro do mundo operário e que poderia colocar em prática o meu/nosso discurso de engajamento com a causa operária. A tentativa foi um fracasso. Como eu não tinha nenhuma experiência na área de produção, fui destacado como auxiliar de recrutamento de mão de obra. Ou seja, uma das atividades mais explícitas de exploração do trabalho humano. Minha sobrevivência durou seis meses.

Em 1976 tive outra vivência que me marcou. Foi como professor colaborador e de contrato precário (horista) na Universidade Federal do Paraná, lecionando a disciplina de EPB-Estudos de Problemas Brasileiros. Aliás, trabalhei e só fui pago muito tempo depois, o que me levou a deixar o cargo. Acabei me demitindo,

pois obviamente não conseguia viver trabalhando de graça, além de minhas inquietações com a disciplina. Apesar de não ser a minha primeira experiência, pois estava acostumado a lecionar OSPB-Organização Social e Política Brasileira e EMC-Educação Moral e Cívica no segundo grau. Na UFPR, dei aulas para os calouros do Curso de Medicina.

A despeito de a disciplina ter um programa na perspectiva de falar de um Brasil grande e harmonioso, eu trabalhava um programa de formação econômico-política de História do Brasil. Ministrava um curso a partir das minhas leituras e nunca fui incomodado, apesar da explícita presença de agentes do regime em sala de aula. Em parte porque deveria estar internalizado em mim algum tipo de censura, mas em parte porque eu nunca fui dado a proselitismos ideológicos em sala de aula.

Apesar do caráter doutrinário dessas disciplinas, tenho sérias dúvidas sobre o efetivo controle dos conteúdos ensinados e sobre sua eficácia política. Duvido da capacidade dessas disciplinas de atender aos seus objetivos, que eram “doutrinar os alunos valorizando neles um sentimento nacional”.

Para dar aula de EMC na universidade ou OSPB, o professor tinha que solicitar a ficha de bons antecedentes criminais junto aos órgãos da Polícia Federal. Não obstante ter sido fichado no DOPS — soube disso bem mais tarde —, nunca tive problemas com esse tipo de certificado.

Em meados dos anos 1970 e como extensão de meu convívio no Seminário dos Palotinos e contatos com setores não oficiais da igreja católica, iniciei com um grupo de católicos de esquerda um trabalho junto a uma associação de moradores na Vila Santa Rosa, bairro periférico de Curitiba. Na verdade, a iniciativa de criar a associação de moradores foi do grupo militante. Não foi uma iniciativa autônoma dos moradores, todos muito pobres e com baixo nível de escolaridade e de politização. Participar ativamente no movimento popular era expressivo daquele espírito da redemocratização do final da década de 1970 e início da de 1980. Faziam parte do grupo Lafaiete Santos Neves e Eliane Neves, Ideli, Nilson e Gilberto Carvalho. Gilberto Carvalho e Ideli Salvatti tornaram-se, mais tarde, lideranças do Partido dos Trabalhadores, inclusive assumindo

ministérios no governo Lula. Aliás, Gilberto também estivera comigo na experiência de Imperatriz do Maranhão.

Nessa época comecei a frequentar as assembleias da então reacionária e conservadora Associação dos Professores da rede pública do Estado do Paraná, a APP, depois transformada em sindicato. Foi na experiência de sala de aula e das assembleias dos professores que intensifiquei a minha militância política.

Foi quando conheci o meu querido e grande amigo Romeu Gomes de Miranda, já à época uma liderança na oposição à direção da APP. Formamos assim a oposição à direção sindical dos professores. Éramos poucos, mas fazíamos muito barulho nas assembleias em todo o Estado. Além do Romeu, contávamos com Maria Helena, José Trindade, Sérgio e Paulo Faria. Acompanhando os ares da redemocratização, o grupo foi aos poucos se ampliando, até chegar ao controle do sindicato, bem mais tarde (1993), numa aliança com a CUT/Partido dos Trabalhadores.

O meu rompimento com a igreja católica deu-se durante a graduação e o ingresso na militância sindical dos professores do ensino público. O passo seguinte foi minha aproximação com o que se constituiu na fundação do Partido dos Trabalhadores, entre final da década de setenta e início da de oitenta.

Por conta de meu envolvimento na rede de ensino público, iniciei minha participação na constituição política e formalização do PT no Paraná. A composição social dos partidários absorvia desde militantes do movimento popular urbano de luta pela moradia ou emprego, através das associações de bairros ou das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, até lideranças sindicais (Construção Civil, Bancários) ou de oposições sindicais (como era o caso dos professores da rede pública), militantes e ex-militantes de organizações da esquerda organizada (MEP, PCBR, OSI, Convergência Socialista, DS, AP, a ALN, o MR-8 — confesso que nunca consegui compreender o significado de todas essas siglas), bem como jornalistas, intelectuais e estudantes de esquerda.

A tarefa principal, à época, era tanto política — apresentar e debater a proposta do PT à população — quanto legal, no sentido de viabilizar institucionalmente o Partido, realizando filiações e constituindo Comissões Municipais Provisórias.

Fiz parte da Comissão Diretora Regional Provisória, que tinha como presidente Manoel Izaías de Santana, operário, e como secretário geral Edésio Passos, advogado trabalhista. Eu ocupava a Primeira Secretaria. Mas minha participação na direção do partido durou pouco. Diversos fatores contribuíram para o meu afastamento.

Um deles foi a minha discordância com relação à forma apressada com que se estavam realizando as filiações ao partido. Pressionado pela iminência das eleições de 1982, para a qual o partido pretendia disputar cargos, as filiações para legitimar o partido junto ao Tribunal Eleitoral não poucas vezes se fizeram de modo atropelado e com pouca ou nenhuma discussão política. Ou seja, em detrimento do debate político, a legalização tornou-se uma tarefa a ser cumprida a qualquer custo.

Por exemplo, eu era responsável pela formalização da comissão provisória do município de Rio Branco do Sul, na região metropolitana de Curitiba. Como encontrava dificuldades, fui afastado e no meu lugar foi colocada outra pessoa responsável. Na semana seguinte, a comissão provisória estava constituída e a indicação de um candidato a prefeito, pelo partido, consolidada. O resultado veio nas eleições seguintes, de 1982, quando o PT não teve nenhum voto para prefeito nesse município. Nem o candidato do partido votou em si. O constrangimento foi exposto em reportagem da revista Veja. Isso tudo fez com que eu me afastasse da militância orgânica do partido.

Outro fator que acabou sendo decisivo para a minha saída da organização do PT foi a pressão que estava sofrendo em relação ao meu Mestrado, que desenvolvia na USP. Em uma reunião com meu orientador, Professor Adalberto Marson, ele foi taxativo, me perguntando se eu havia assumido alguma candidatura no PT. Na época, como o número de militantes era pequeno, era fácil candidatar-se a algum cargo político no PT. A minha resposta foi que eu já havia decidido deixar a militância do partido e me dedicar ao mestrado e à minha carreira acadêmica.

A trajetória na graduação em História

Ingressei na graduação de História da UFPR em 1970, concluindo o curso em 1973. Foi um tempo de grande violência na experiência política brasileira. Eram os chamados “anos de chumbo”. Depois do Ato Institucional nº 5, a repressão, que já existia desde o golpe em 1964, acirrava-se contra os movimentos sociais. A universidade recebeu, por parte do regime, um tratamento especial, pois, ao mesmo tempo que era considerada o berço de comunistas e agitadores, era vista como fundamental aos projetos de modernização tecnológica e formação de mão de obra especializada. A repressão à autonomia acadêmica e ao movimento estudantil, liderada por entidades como a UNE-União Nacional do Estudantes e a UPE-União Paranaense dos Estudantes, culminou com o A.I. 4 (1º/04/1968) e o fechamento das entidades estudantis. A criação do Diretório Acadêmico Rocha Pombo, o DARP, é desse contexto.

Enquanto aluno da graduação, a minha relação com os professores do Departamento de História da UFPR era tensa, mas não agressiva. Primeiro porque eu não era da esquerda radical e não militava em nenhum grupo organizado, como alguns colegas que eu sabia que eram politicamente perseguidos. Segundo, porque eu estava muito envolvido com a minha sobrevivência financeira, já que meus pais não dispunham de recursos para me subsidiar, como era comum à maioria de meus colegas.

As aulas do curso de História eram no período vespertino. Assim, minhas manhãs e noites eram ocupadas com atividades de trabalho. Desde o primeiro ano dei aulas em cursinhos, tive um contrato precário no Colégio Estadual Hildebrando de Araújo, onde atuava ora como monitor de alunos, ora datilografando e imprimindo provas e material didático da escola, e trabalhei em uma empresa que comercializava alimentos. Mas, cada vez mais, a minha principal atividade profissional foi se tornando o magistério.

As minhas lembranças dessa fase da graduação se somam aos estudos posteriores que fiz sobre o período do regime autoritário, esses anos sombrios da vida política brasileira. Nunca fui um pesquisador do regime militar, mas as leituras que fiz para ministrar aulas sobre o Brasil contemporâneo me auxiliaram a ter uma visão crítica do período. Uma visão que, confesso, não tinha à época, como aluno do curso de História da UFPR.

Pelos menos duas perspectivas me ajudam a construir uma narrativa que me permite melhor compreender a experiência acadêmica e política no curso de História da UFPR, naquele início dos anos 1970.

De um lado, a visão contraditória que a ditadura civil militar tinha da universidade, de repressão e de modernização; de outro, o que verificamos em relação às principais lideranças do curso de História — como por exemplo a professora Cecília Westphalen — de um claro engajamento com a repressão a estudantes e professores e de imposição de modelos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo que representaram uma postura inovadora na pesquisa histórica na UFPR e mesmo no Brasil.

Esses paradoxos podem ser explicados pela perspectiva, que sempre se apresentou ambígua, do regime político em relação à universidade, oscilando entre um projeto modernizador de associação com o grande capital internacional — em especial os Estados Unidos — e um outro, conservador e autoritário, que se manifestava na conservação de valores sociais e mesmo morais da sociedade brasileira. Uma situação que existia de longa data, mas que se tornava mais evidente naquele momento, com o acréscimo da repressão para fazer frente às tensões sociais da democracia brasileira, como ficou evidenciado pelo movimento do anticomunismo.

A leitura desses paradoxos — modernização e autoritarismo — revela que é simplificador imaginar que os projetos da ditadura civil-militar estivessem prontos nas gavetas dos golpistas, e que teriam sido impostos de cima para baixo, sem qualquer diálogo com agentes da sociedade civil. No caso da vida universitária, alguns professores e pesquisadores de referência acadêmica foram engajados construtores do regime autoritário.

Ou seja, o regime da ditadura civil-militar no Brasil foi um projeto desenhado também com o envolvimento político e ideológico de lideranças conservadoras das universidades. Na UFPR, e em especial na área das humanidades, podemos citar exemplos de lideranças nesse sentido: Danilo Costa Côrtes (Ciências Sociais e Jornalismo), Ubiratan de Macedo (Filosofia) e Cecília Westphalen (História). Outra referência relevante foi a do engenheiro Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983), que foi por diversas vezes reitor da UFPR e assumiu a primeira gestão do MEC no período autoritário, entre 1964 e 1966.

O fato é que, desde os anos 1950, o Brasil vinha conhecendo taxas elevadas de urbanização e de crescimento da população jovem. Ao mesmo tempo, a proposta desenvolvimentista e de superação do Brasil “arcaico” — expressão corrente à época — colocava a universidade no centro do debate político. Até porque muitos dos ideólogos do desenvolvimentismo — da esquerda à direita — tinham suas origens no meio universitário.

Ao mesmo tempo, acompanhando ideais libertários europeus ou de revoluções terceiro-mundistas, crescia no Brasil a revolta juvenil, que ia desde uma crítica comportamental (moral, racial ou de gênero) até posicionamentos radicais de extrema esquerda, como a guerrilha e a luta armada. No projeto reformista que se impôs, absorver os jovens nas universidades e no mundo do trabalho passou a ser uma estratégia tanto de mercado quanto de controle social.

No Brasil, modernização e conservação se legitimavam como ingredientes para enfrentar essa onda de contestação. Tanto à direita quanto à esquerda, existiam teses reformistas e a cobrança de uma universidade mais eficiente e produtiva. Do ponto de vista da esquerda, o discurso contra o ranço patriarcal das cátedras, que engessava propostas de modernização da ciência e da pesquisa; do ponto de vista da direita, a crítica ao que denominavam de excessivo engajamento do meio universitário com o ideário socialista. Não poucas vezes essas posições se cruzavam e se confundiam.

Eram projetos que brotavam tanto de “agências estatais norte-americanas” quanto de lideranças acadêmicas nacionais (MOTTA, 2014:8). A proposta era “superar o atraso” dos países pobres, como forma de enfrentar o crescimento dos movimentos sociais de esquerda. Se para a direita isso era modernização, para a esquerda era revolução, como fica claro no texto clássico de Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, escrito entre final dos anos sessenta e início dos setenta.

A palavra “desenvolvimento”, com as suas várias conotações elaboradas desde os anos cinquenta, tornou-se termo comum tanto nas agências internacionais — por exemplo, na CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e Caribe, 1948) — quanto entre as nacionais, como o ISEB (Instituto Superior de

Estudos Brasileiros, 1955), ou no governo JK. Ou, ainda, já em plena ditadura, com a criação do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1967), o debate fluiu com a participação de Wanderley Guilherme dos Santos, Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e Luiz Werneck Vianna. O IUPERJ constituiu-se para agregar intelectuais comprometidos com a resistência ao regime e como um espaço de reflexão acadêmica visando a consolidação da democracia.

Em 1969, em São Paulo, foi criado o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), contando com a participação de intelectuais como Leôncio Martins Rodrigues, Elza Berquó, Paul Singer, Cândido Procópio Ferreira, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Eram na sua maioria de esquerda — alguns compulsoriamente aposentados pelo AI5 — e seus estudos apontavam para a revisão das teorias hegemônicas dos anos 1950 e 1960, que desde o golpe de 1964 vinham perdendo o sentido social. Pretendia-se, com isso, romper com a tradição nacional-popular de Vargas e Jango, com o ideário revolucionário do PCB e mesmo se distanciar das vertentes esquerdistas que haviam optado pela luta armada (BAPTISTA, 2010:226).

Enfim, apesar da perseguição às esquerdas, simultaneamente crescia o debate do campo socialdemocrata no país, numa evidência de convivência consentida entre esquerda e direita no campo intelectual e acadêmico.

O discurso modernizante em relação às universidades visava fortalecer o ensino tecnológico em detrimento do humanista. O pressuposto era de que os estudos humanistas se ocupavam em demasia com questões sociais e políticas — por isso vistos como de esquerda — e pouco com o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Ou seja, num dado momento, tanto os agentes da ditadura quanto os seus críticos defendiam a modernização. E a ideia de modernidade se tornou, paradoxalmente, tanto “conservadora ou autoritária” quanto democrática e pressuposto de fortalecimento da sociedade civil. É uma postura que explicita muito da cultura política brasileira da cordialidade, como observada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

No meio universitário, como em toda a sociedade brasileira, predominou uma tendência à conciliação e acomodação, combinando conformação com repressão (MOTTA, 2014:12).

No meio acadêmico, conciliaram-se ações repressivas com convivência, acomodação, baixo nível de organização e medo. Isso permitiu a instalação de certa “censura antecipatória” ou autocensura como norma na maioria dos professores, técnicos e mesmo alunos nas universidades. Ou seja, não é possível ler a política da época pela tipologia binária “resistência versus colaboração” (MOTTA, 2018). “Tratava-se de jogo em que o Estado procurava atrair o intelectual/professor e este precisava moderar suas opiniões e comportamentos” (MOTTA, 2018:104).

Em relação a essas inquietações, produziu-se um grande silêncio. Um silêncio que não pode ocultar que muitos dos professores e dirigentes universitários participaram como agentes ativos na construção do regime autoritário. De qualquer modo, com a proposta da modernização da sociedade e da universidade, verificaram-se conquistas de reivindicações que foram históricas no movimento político e acadêmico universitário, tais como bons salários — como ocorreu com a maioria dos trabalhadores de setores de ponta da economia nacional, como petroleiros, metalúrgicos e bancários, por exemplo —, concessão de bolsas nacionais e internacionais e investimentos em instalações e laboratórios, entre outras demandas.

Citem-se, como exemplos, a modernização física, com a construção do Centro Politécnico apresentada pela reitoria da UFPR, e a seriedade científica implementada pelo Programa de Pós-Graduação em História, liderada pela professora Cecília Westphalen. Uma visão de mundo que produzia um tipo de ordem social e orientação intelectual que era eficiente trazia resultados sociais e acadêmicos, mas que se impunha pelo silenciamento, e mesmo negando-se a abrir qualquer possibilidade de discursos alternativos. Ser alternativo era ser subversivo. Não precisava ser de esquerda. Por isso muitos liberais foram perseguidos, presos ou exilados.

Não se trata, portanto, de negar a relevância das melhorias materiais e acadêmicas na universidade, mas não podemos esquecer que isso se fez com base em um projeto ideológico autoritário de silenciamento da alteridade.

Se é evidente o esforço de uma modernização material e científica da universidade brasileira, é claro também que ela atendia a um projeto de imposição autoritário de enquadramento do saber.

Não estou me referindo necessariamente ao pensamento de esquerda, mas de qualquer outro que não estivesse no receituário da ideologia dominante do período.

Do mesmo modo, é ingênua a afirmação, corrente em algumas narrativas de crítica linear à ditadura, de que o regime agiu “contra a vontade do povo”, como se o fizesse exclusivamente “de cima para abaixo”. Essa é uma leitura acrítica que omite a dialogia do processo, no qual agentes importantes da sociedade civil contribuíram de forma ativa na estruturação e legitimação do autoritarismo. Obviamente, essa leitura não pode obliterar a violência praticada pela ditadura civil-militar, mas não pode ser ignorada, correndo-se o risco de simplificar a ditadura no Brasil.

De qualquer modo, não proponho aqui uma análise aprofundada do regime militar — isso já foi e continua sendo feito de forma exaustiva por especialistas —, mas um exercício crítico para procurar compreender melhor por que se produziu um grande silêncio sobre as práticas autoritárias e de perseguição política, como ocorreu, por exemplo, na UFPR.

Muitas vezes, atribuir a violência do regime exclusivamente a figuras como “o Estado”, “os militares”, “o imperialismo americano” serve para ocultar o papel decisivo que agentes comuns, mas estratégicos, tiveram na viabilização da repressão e legitimação do regime. Isso é um vício de certa tradição marxista, que associa o caráter conservador ou reacionário de agentes sociais à ideia do “despreparo” ou da “despolitização”. Não reconhecer essa atuação só serve para ocultar a complexidade da política e para asseverar lugares seguros e estáticos de certas leituras do regime.

Desvelar a participação ativa de setores importantes da sociedade civil na construção do regime autoritário não significa justificar a violência praticada. Ao contrário, é realçar a complexidade dela, pelo fato de que foi construída e praticada a partir de certo consenso com setores da esfera pública. Foi inclusive

o que autorizou a banalização da violência, vista como necessária contra a “subversão e a desordem”, e a favor da ordem e da modernização do país.

Pensar a ditadura a partir dessa visão ajuda a desmitificar a tese do despreparo político do povo brasileiro.

Setores relevantes da sociedade civil — de forma individual ou organizada — participaram de forma consciente e engajada na construção da arquitetura autoritária no Brasil.

Considerando esse quadro institucional, não é possível fazer uma leitura linear da proposta teórica e metodológica da pesquisa e do ensino de História implantada no Departamento de História da UFPR no período autoritário.

É inegável o engajamento das principais lideranças acadêmicas do Departamento de História com o projeto autoritário, impondo medo e silêncio a professores e estudantes, a partir de injunção de regras e não aceitação explícita de qualquer divergência teórica, consideradas *a priori* subversivas e contra a ordem vigente. Pensar diferente era crime político!

Uma dessas evidências foi a minha monografia de conclusão de curso, sob orientação da professora Cecília Westphalen. Foi um trabalho realizado em equipe de três alunos versando sobre a formação de uma mentalidade empresarial paranaense. Da minha equipe participaram Maria Auxiliadora Schmidt e Lafayette Santos Neves, que mais tarde tornaram-se professores na UFPR.

Abordávamos a formação da elite paranaense no Paraná republicano. Discutíamos se existiria, na região, uma elite com uma mentalidade burguesa, capitalista, e se ela seria capaz de engendrar um projeto de modernização econômica para a região.

As principais referências desse debate davam-se em torno da herança cepalina da especificidade da periferia capitalista na economia global e, mais especificamente, sobre o subdesenvolvimento, como, por exemplo, elaborado por Celso Furtado. Para este, como exposto em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, publicado em 1961, o choque das economias dinâmicas

do capitalismo com culturas tradicionais, nomeadas por ele de “sistemas econômicos seculares”, todos de natureza pré-capitalista, teria gerado, nessas últimas, “estruturas híbridas”, dualistas, em que uma parte se comportaria como propriamente capitalista, enquanto a maioria restaria com a estrutura preexistente, sem se desenvolver (SZMRECSANYI, 2001).

A discussão que propúnhamos na monografia era se o Estado do Paraná teria uma elite com capacidade de propor a modernização, que apontasse para o rompimento com a dependência da região à condição agroexportadora e iniciasse um processo efetivo de industrialização. A nossa leitura não era otimista em relação a essa possibilidade. O Paraná não era um polo dinâmico do capitalismo, como São Paulo fora desde o ciclo do café. Aqui predominava uma elite tradicional, apegada às indústrias extrativas do mate e da madeira. Além do mais, o seu polo mais dinâmico, o café, vivia naquele momento uma aguda crise, imposta tanto pela sua baixa competitividade no mercado internacional quanto pelas fortes geadas que debilitavam ainda mais o setor. Ou seja, acompanhávamos o pensamento econômico dominante à época, que fazia crítica à capacidade espontânea da saída do subdesenvolvimento e que exigia uma elite dinâmica o suficiente para liderar as reformas necessárias. A discussão era se essa elite existia no Paraná. A hipótese apresentada obviamente não era original.

Era uma discussão que vinha ao encontro de um projeto que se delineava localmente desde a crise do café, no início dos anos 1960, com a criação da CODEPAR-Companhia de Desenvolvimento do Paraná, em 1962, e ampliado em 1968 para um projeto mais ambicioso, o BADEP-Banco de Desenvolvimento do Estado. Criada em 1962 no governo de Ney Braga, a CODEPAR tinha como objetivo inicial um diagnóstico da realidade local, procurando repetir localmente o que se verificara nacionalmente ou, mais especificamente, com a industrialização do Estado de São Paulo, que teria sido impulsionada pelo ciclo cafeeiro.

Fundada a leitura do desenvolvimento paranaense na teoria da dependência e na forma espontânea de sua economia (do extrativismo do mate e da madeira à monocultura do café), buscava-se a industrialização interna via substituição das importações, em que o papel do Estado e das elites locais seria fundamental. O

projeto desenvolvimentista, fundado na tese da superação do atraso agrícola, era o de transformar o Paraná em um novo polo dinâmico capitalista pela industrialização (AUGUSTO, 1978).

Para analisar a especificidade da economia local, um dos autores que utilizamos foi Francisco de Borja Magalhães Filho, que era professor do curso de Economia na UFPR e membro do BADEP. Os seus escritos revelavam uma “interpretação dialética da história” e uma filiação cepalina “com seu projeto de desenvolvimento paranaense assentado inicialmente na agroindustrialização e apoiado no Estado” (SCATOLIN, 2010).

Por levantar questionamentos críticos à potencialidade da economia local, o nosso trabalho foi desautorizado e totalmente desfigurado pela orientadora, professora Cecília Westphalen. O principal argumento era de que a base de nosso raciocínio não era de historiadores, mas de sociólogos e economistas, o que era verdade. Mas é evidente que o motivo não foi esse, senão a leitura crítica que fazíamos da capacidade da elite local de liderar um projeto de modernização capitalista e, sobretudo, democrático.

Qualquer crítica às elites paranaenses era duplamente ofensiva aos professores orientadores do DEHIS-Departamento de História. Primeiro, porque era uma crítica que possuía um evidente viés classista. Expressões como “burguesia”, “classe dirigente” eram excessivamente marxistas para a mentalidade dos professores orientadores. Segundo, porque ofendia pessoalmente a esses professores, na medida em que, em sua maioria, eram originários de famílias tradicionais do Paraná, como era o caso especial de Cecília Westphalen e Brasil Pinheiro Machado. Obviamente se recusavam a serem lidos como tradicionais ou arcaicos.

Como era próprio de uma postura autoritária, não ocorreu, por parte da orientadora, nenhuma argumentação quanto aos aspectos estruturais ou de insustentabilidade histórica dos nossos argumentos. Apesar de fundamentado em uma literatura consolidada, a narrativa era vista como de esquerda e crítica à elite dominante. Simplesmente fomos informados verbalmente que o trabalho precisava ser refeito, com o argumento de que os autores citados não eram historiadores.

A preocupação com uma história regional, a História do Paraná, no Departamento de História da UFPR, correspondia aos projetos desenvolvimentistas da elite política nacional e regional paranaense, de “compreender o Paraná”. Mas estava mais apegada a uma tradição paranista de defesa das elites e da cultura local do que romper com a tradição, como exposto nos estudos do BADEP.

Em 1969, Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen publicaram o livro *História do Paraná*, no qual ficava clara a tese da “dependência do café no mercado internacional” e a necessidade de “refazer a economia estadual”. O caminho, aponta o texto, “era o da concentração de esforços governamentais na industrialização”, citando-se textualmente o papel da CODEPAR. Seria este, portanto, um projeto para a verdadeira emancipação política do Estado do Paraná (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969:239).

Mas o trabalho dos pesquisadores do Departamento de História não problematizava a capacidade efetiva da elite local em liderar as reformas estruturais necessárias para transformar o Paraná em um polo capitalista. A suposta capacidade e liderança era dada como natural, o que contrariava a crítica ao espontaneísmo das elites das regiões periféricas.

De todo modo, é preciso reconhecer o papel das lideranças do DEHIS, em especial a de Cecília Westphalen, na construção de uma postura teórica e metodológica academicamente cuidadosa. Cecília Westphalen, Altiva Pilatti e Brasil Pinheiro Machado compuseram a chamada segunda geração de historiadores da UFPR, inclusive com a criação, em 1960, do Departamento de História.

De forma diversa das gerações anteriores, havia nesta uma consciente disposição de afirmação de uma unidade teórica e metodológica em torno da História e de uma conseqüente liderança intelectual no Estado e mesmo no país.

Em especial, Cecília Westphalen construiu nas tensões intelectuais e de políticas dos anos 1960/70 um consolidado campo historiográfico, em torno da instituição do Departamento de História da UFPR. Por diversas instâncias, o DEHIS se colocou como um lugar de poder, tanto na esfera política quanto na acadêmica.

As relações se constituíram tanto a partir dos diálogos com Fernand Braudel e todo o seu *entourage*, na École Pratique des Hautes Études (EPHE) e no grupo dos *Annales*, em Paris, quanto na aproximação com a rede nacional de pesquisadores que fundou, em 1961, a APUH-Associação dos Professores Universitários de História (hoje ANPUH). Cecília assumiu várias funções em órgãos públicos, como a assessoria do secretário paranaense de Educação e Cultura (1961–1963) no governo Ney Braga e a assessoria de gabinete do Ministro da Educação e Cultura Flávio Suplicy de Lacerda, ex-reitor da UFPR, em 1964. Nos anos 1960–1970, foi membro do Conselho Estadual de Educação (CEE) do Paraná e do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar). Na década de 1970, além de Coordenadora da Graduação e do Mestrado em História, Westphalen foi Presidente da Coordenação Central dos Cursos de Pós-Graduação e da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa do Conselho de Ensino e Pesquisa. Na CAPES e no CNPq, foi assessora na área de História (FAGUNDES, 2014; MACHADO, 2016).

Entre anos 1960 e 1970, o desenvolvimento da pesquisa, culminando na criação do Mestrado (1972), foi notório no DEHIS. Houve uma manifestação clara de intervir e romper com a tradicional mentalidade de pesquisa que existia no Paraná, liderada então por memorialistas e por instituições externas ao meio acadêmico, tais como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná (IHGEP) e o Círculo de Estudos Bandeirantes (CEB). Houve profícua elaboração de projetos de pesquisa, publicação de boletins, seminários e palestras com a presença de pesquisadores nacionais e estrangeiros, cursos de aperfeiçoamento de professores do ensino médio e “elaboração de um know-how de Técnicas de Pesquisa Histórica que viraram referência e firmaram o professor profissional tal como concebia Westphalen” (FAGUNDES, 2014:309).

Entre outros exemplos, cite-se a realização de um projeto de pesquisa de tratamento dos arquivos paranaenses, liderado por Altiva Balhana, em 1968, de “Levantamento e Arrolamento de Fontes para a História do Paraná”. Era a promoção da imagem do historiador como um pesquisador oficial de arquivo.

Igualmente, a formação de quadros de pesquisadores que se tornariam professores no Departamento de História, como foi o caso de Carlos Roberto Antunes dos Santos, que realizou mestrado sob a orientação de Westphalen e

depois o doutorado em Paris, com Frédéric Mauro. O mesmo ocorreu com Sérgio Odilon Nadalin e com Jayme Antônio Cardoso, orientados no mestrado por Altiva Pilatti Balhana e no doutorado, em Paris, orientados por Louis Henry.

Todos foram graduandos do curso de História da UFPR e alunos da primeira turma do mestrado (1972). Seus respectivos projetos de doutoramento foram extensões do mestrado e serviram para consolidar a rede de sociabilidade acadêmica internacional, capitaneada por Cecília.

Todo esse trânsito permitiu a Cecília Westphalen e seu grupo, em especial no período autoritário, uma larga influência nas instâncias superiores de poder, tendo como elemento de troca facilidades de reconhecimento institucional. Nos anos setenta e oitenta, o Programa de Mestrado em História da UFPR sempre teve a nota máxima junto a CAPES, fato que facilitou a obtenção de bolsas e financiamento a projetos. Parte, sem dúvida, pelo mérito acadêmico construído, mas parte também pelo vínculo ideológico e político com governantes, na esfera estadual e federal, do regime militar.

O paradoxo é que o retorno desses primeiros orientados ocorre na segunda metade dos anos 70, quando emergia no Brasil um movimento, ainda embrionário, de contestação ao regime autoritário. Nesse embate, Carlos Roberto Antunes dos Santos iria se transformar no principal opositor a Cecília Westphalen, tanto nos embates científicos no interior do DEHIS quanto na política geral da UFPR.

Vozes de protesto no meio político e sindical repercutem da mesma forma no meio acadêmico universitário. Entidades como SBPC, UNE e associações das áreas de pesquisa passam a ser espaços de luta pela redemocratização da universidade e, obviamente, de oposição àqueles que até então detinham o poder.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com a APUH, que Cecília, junto com os uspianos Eurípedes Simões de Paula, Eduardo D'Oliveira França e Alice Piffer Canabrava, havia fundado em 1961, mas que agora encontrava resistência imposta pela redemocratização universitária.

Grosso modo, nos anos setenta/oitenta, a disputa pela condução da APUH oscilava entre o elitismo autoritário dos historiadores ligados ao regime militar e o entusiasmo democrático das novas gerações, que exigiam o direito de filiação a estudantes de graduação. Isso resultou na transformação da APUH em ANPUH. Em oposição a esse movimento, os remanescentes criaram a SBPH- Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, em 1978, assim se manifestou em carta enviada a Westphalen, a respeito das tensões que viviam os historiadores brasileiros à época:

[...] pensei na criação de uma Associação Brasileira de Historiadores. Vocês lembram do que se passou em Florianópolis. Se não me desliguei da ANPUH foi apenas por consideração para com o Prof. Eurípedes [...] acho que chegou a hora de criarmos uma nova Associação que de modo nenhum implique a relação com alunos e com professores secundários, a menos que estes sejam historiadores, isto é, tenham pesquisa histórica original publicada em tese, artigo ou livro. Vocês reparem: a ANPUH marginaliza uma série de historiadores que não são professores universitários. Basta lembrar aqui em São Paulo os historiógrafos do Instituto de Estudos Brasileiros ou do Museu Paulista; e no Rio então muitos exemplos há. Por outro lado marginaliza jovens pesquisadores com teses de Mestrado ou de Doutorado que ainda não estão inseridos numa Universidade (SILVA, in MACHADO, 2016:237)

Evidentemente, as questões que distinguiam as duas gerações eram tanto epistemológicas quanto políticas. Envolviam sobretudo as inquietações que a ANPUH explicitava em seus encontros nacionais em relação à ditadura. Em depoimento prestado à pesquisadora Dayane Machado, o historiador Estevão de Rezende Martins, da UNB, e um dos cofundadores da SBPH, assim se Manifestou:

Essa imagem é a imagem clássica que foi dada na época, como forma de justificar a razoabilidade de criar a SBPH, e na realidade a ANPUH, no período do regime militar que se estendeu até 1985, e mesmo as associações científicas como a SBPC ou associações profissionais como a OAB, adquiriram um viés sindical sim. E adquiriram um viés político partidário também. Certas pessoas entenderam que isso era um desvirtuamento das finalidades, dentre as quais as principais inspiradoras e fundadoras da SBPH, Cecília, Altiva e Maria Beatriz. Eu entendia de uma forma um pouco mais... liberal, e dada as circunstâncias políticas do país, essa partidarização e essa sindicalização, que não poderiam ser permanentes, eram pelo menos compreensíveis. Mas havia os que consideravam que o viés de esquerda ou revolucionário era absolutamente intolerável, e por conseguinte, numa espécie de ilusão sobre a neutralidade metódica da ciência de uma herança truncada de

Max Weber, achavam que uma sociedade que reunisse só pesquisadores estaria imune a essa partidarização, a essa sindicalização (MARTINS, in MACHADO, 2016:239).

O fato é que os ares da redemocratização do final dos anos setenta e início dos oitenta permitiu uma crítica não apenas de caráter teórico-metodológico, mas também político. Em termos de UFPR, a maior evidência foi Carlos Antunes dos Santos, ex-orientando de Cecília Westphalen, ter se tornado seu opositor. Carlos Antunes tornou-se uma das principais lideranças do chamado “Movimentos dos Professores”, organização informal que lutou no início dos anos oitenta pela democratização da UFPR. O “Movimento” conquistou a direção da APUFPR- Associação dos Professores da UFPR, que até então se encontrava nas mãos de professores ligados ao regime da ditadura civil-militar, como Cecília Westphalen, Danilo Costa Cortes, Constantino Comninos e Ocyron Cunha, entre outros. Em depoimento recente, um diretor da Associação na época autoritária assim sintetizou a relação da APUFPR com o regime: “Qualquer coisa que precisássemos era só procurar o reitor e ele tomava as providências; [o reitor] era um intermediário entre a Associação e o Ministério da Educação” (UFPR-SSind, 2010).

A partir de então, a APUFPR transformou-se, de uma entidade inexpressiva e com pouco sócios, em um lugar privilegiado de luta política. Em depoimento registrado em 2010, Carlos Antunes assim descreve o debate político e intelectual e as transformações:

Toda essa conjuntura de mudanças motivou muito a UFPR para que a situação se modificasse internamente. A formação de uma chapa para a eleição do Conselho de Administração, as reuniões na casa do professor Ruy Wachovicz e a primeira eleição para a APUFPR, na qual perdemos por 14 votos, formam o embrião de um grande movimento que mudou a história da Universidade nos anos 80. [...] Nós criamos junto ao departamento de filosofia, todas as terças-feiras às 18h, um seminário em que discutíamos questões acadêmicas vinculadas com a situação política do país (APUFPR-SSind, 2010).

Além de Carlos Antunes e mesmo Ruy Wachovicz, professores do DEHIS, foram relevantes nesse movimento, entre outros, professores como José Lamartine Corrêa Lyra, do curso de Direito, então um curso alinhadíssimo ao regime, Adail Sprenger Passos (Economia), Dante Romanó (Medicina), Riad Salamuni (Geologia), Emmanuel Appel (Filosofia), Cecília Helm (Antropologia), Suzana Munhoz da Rocha Guimarães (Filosofia), Mário Pederneiras (Biologia) e Maria

José Justino (Filosofia), nomes que na sequência ocuparam cargos como presidentes da APUFPR, como Reitores e Pró-Reitores.

A experiência do Mestrado

Em 1975, iniciei no Mestrado em História, na UFPR. Não me recordo dos termos da seleção, mas lembro que não havia a exigência prévia de um projeto de pesquisa. Entre meus colegas estavam os mesmos da monografia de 1973: Lafayette Santos Neves e Maria Auxiliadora Schmidt. O regime de estudos era quase idêntico ao de um monastério, com a obrigação de permanência integral, de segunda a sexta-feira, nas dependências do curso. Pela manhã tínhamos aula e à tarde éramos obrigados a frequentar uma sala dividida em baias individuais. Eram longas mesas com ambientes separados por divisórias, onde devíamos permanecer em silêncio e debruçados sobre as leituras obrigatórias. À semelhança da graduação, a grade curricular do Mestrado tinha um caráter conteudístico e foco na metodologia e na técnica da pesquisa. Era a imposição de uma disciplina de forte inspiração autoritária, sem qualquer dissimulação.

A gota d'água foi na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, ministrada pelo professor Brasil Pinheiro Machado. No tópico sobre o marxismo ele dirigiu-se a mim e, argumentando que eu tinha um bom tom de voz, pediu que lesse em voz alta um trecho de artigo por ele selecionado. Era um trecho do capítulo XVII — “Trabalhadores de Todos os Países, Uni-vos!” — do livro de Leo Hubermann, em que o autor se propunha a analisar o marxismo em vinte páginas. Por ser um livro de divulgação científica, inclusive utilizado por mim como referência em minhas aulas no ensino médio, o problema não era o autor, mas o equívoco em utilizá-lo como referência em uma aula de mestrado. Terminada a minha leitura, Brasil Pinheiro Machado deu por encerrada a discussão sobre o materialismo histórico.

A reação minha, do Lafayette e da Maria Auxiliadora foi imediata. Solicitamos o nosso desligamento do curso de mestrado da UFPR.

Algum tempo depois (1980), eu ingressava no curso de Mestrado em História Social, na Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Adalberto Marson. A seleção para ingresso na USP implicava a apresentação de um projeto e uma entrevista com o futuro orientador.

Não foi fácil acompanhar os seminários e as leituras exigidas. Na época eu trabalhava no Colégio Santa Maria, em Curitiba, durante quase toda a semana. Fazia o sistema de bate-e-volta. Saía no ônibus da meia-noite para São Paulo, acompanhava os seminários o dia todo e retornava na noite seguinte. Descia do ônibus em Curitiba e ia direto para o colégio. Às 07:30 da manhã eu estava em sala de aula e trabalhava o dia todo.

Influenciado pelo momento político (a crise do regime autoritário e as primeiras greves dos metalúrgicos do ABC e de outras categorias) e acadêmico (a “redescoberta” da classe operária no Brasil), o tema por mim proposto como projeto de dissertação de Mestrado foi a formação da classe operária em Curitiba, entre o final do século XIX e início do XX. O título final da dissertação ficou “Memória, trabalho e resistência: Curitiba, 1890–1920”.

O fato é que era um momento de minha maior inserção na militância política. Estava envolvido na oposição da Associação dos Professores da rede pública estadual, no trabalho com uma associação de moradores da periferia e iniciava a formação legal e política do Partido dos Trabalhadores. Dar voz aos trabalhadores tornava-se tanto um compromisso político quanto intelectual. Claro, isso deixou manchas positivas e negativas no meu trabalho acadêmico.

O fato é que a pesquisa científica, no meio acadêmico curitibano e sobretudo na UFPR, até então nunca tinha manifestado interesse pela temática do mundo do trabalho. Era uma pesquisa a ser totalmente feita, tanto do ponto de vista teórico e metodológico quanto de arrolamento de fontes.

Porém, se no Paraná esse debate era árido, em outros centros universitários — em especial em São Paulo — o debate tinha já uma boa trajetória. Apesar do tema “classe operária” não ser necessariamente a temática central, a sua discussão estava presente quando se tratava daquilo que, sobretudo desde os anos sessenta, havia se tornado o polo da discussão nacional: o caráter da “revolução brasileira”.

A lista de pesquisadores e instituições é extensa. O tema da “revolução” já estava presente nos escritos dos anos quarenta/cinquenta — como por exemplo em Sérgio Buarque de Holanda. Também estava presente na prática e na teoria da esquerda marxista, como as teses revolucionárias do PCB, em especial nos

escritos de Nelson Werneck Sodré e Octavio Brandão. Ou entre os diversos militantes e memorialistas operários, como Gigi Damiani, Astrojildo Pereira e Everardo Dias. Uma leitura que se estendeu aos estudos acadêmicos, como os trabalhos de Edgar Rodrigues (1969), Leôncio Rodrigues (1966), Azis Simão (1966), Octavio Ianni (1968), Juarez Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, José Albertino Rodrigues e muitos outros.

Apesar da diversidade e mesmo que não tratassem diretamente da questão operária, o preceito recorrente entre esses autores era o da fragilidade ou até mesmo inexistência da classe trabalhadora no Brasil. Afinal, o país não era “propriamente capitalista” e não teria conhecido a fase burguesa e industrial do capitalismo, donde a incompletude das classes. O próprio desenvolvimento era pensado na perspectiva do atraso das classes sociais no Brasil. Assim, a classe operária era vista ora de forma heroica e abstrata, como gestora natural de uma revolução, ora como vítima e/ou infantilizada, incapaz de qualquer ação política consequente.

A leitura era de um proletariado marcado pela ausência de consciência de classe e paternalizado pelo Estado. A diferença em relação aos estudos anteriores — marcados pelo autoritarismo nacionalista — é que agora, nos anos sessenta, os movimentos camponeses e sobretudo os das massas operárias urbanas acenavam de forma mais evidente a sua existência.

A massa trabalhadora era marcada pela ausência ou fragilidade, por isso vista como classe em negativo (PAOLI/SADER, 1984:136). Originária do meio agrícola atrasado e paternalista, ela teria reproduzido na cidade e na fábrica uma baixa capacidade de consciência de si.

Fundados em uma tradição rural e patriarcal, os padrões de sociabilidade dos operários seriam expressões do tradicionalismo, individualismo, consumismo. Cooptados teriam gestado uma estrutura sindical burocratizada e clientelista, incapaz de se identificar como classe no processo produtivo (idem).

O golpe de 1964 reanima a discussão em torno da temática “revolução” e classes sociais, no Brasil. A derrota do projeto nacional-democrático e desenvolvimentista levou parte significativa da *intelligentsia* nacional a discutir as origens da vitória do projeto modernizante e autoritário da direita ligado ao

grande capital internacional. Os estudos “pré-64” retroagiram até pelo menos a década de trinta e serviram para condenar as propostas de alianças de classes da esquerda comunista e a reforçar a tese da fragilidade política das classes operárias, expressas no populismo, no paternalismo do Estado ou no paternalismo carismático de líderes personalistas. Assim era lido o Brasil: o estado autoritário que se instalou expressava o “vazio de poder” que eram as lutas de classes sociais no país.

Dessa geração, duas referências distintas se destacaram. De um lado, Caio Prado Júnior, que publica, em 1966, *A Revolução Brasileira*, obra “escrita e recebida de forma apaixonada no ambiente de derrota das esquerdas pós-golpe de 64”. Tratava-se de uma análise crítica e autocrítica das relações de produção brasileiras produzidas pelo marxismo ortodoxo dos intelectuais do PCB e o reconhecimento de que o “sonho da revolução democrático-burguesa” terminara no pesadelo-realidade da revolução autoritário-burguesa (REIS, 1999). Apesar dessa postura, Caio Prado em nada inova na leitura do caráter da classe operária no Brasil.

De outro, os trabalhos de minuciosa pesquisa empírica realizados por Francisco Weffort e publicados em 1972. “Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968” e “Sindicatos e Política” produziram um campo de inflexão em relação à tradição dos estudos sobre a classe operária no Brasil. Ao privilegiar a experiência de classe, com seus estudos empíricos, Weffort abandona a tese da classe operária como portadora passiva das estruturas e passa a vê-la como sujeito histórico, atuando através do sindicato, do partido e do “chão de fábrica” (as greves de Contagem e Osasco). Nesse sentido, ele representou a ruptura que se inauguraria na produção acadêmica do mundo do trabalho a partir de 1978.

É nesse contexto que a minha dissertação de Mestrado se inscreve. Longe de dominar a complexidade do debate acadêmico, eu, que tinha militância política enraizada naquele final dos anos setenta, ingressei na USP com um projeto sobre história do trabalho em Curitiba. Um projeto que eu obviamente não conseguiria desenvolver na UFPR.

Uma ruptura epistemológica em relação à análise do mundo do trabalho estava acontecendo nesse final dos anos setenta e início dos anos oitenta. E o fator era de caráter epistemológico, mas sobretudo político.

Em tese defendida em 1979 e publicada em 1981, sobre a revolução de trinta, assim se expressara Edgard de Decca, tanto em relação ao silenciamento imposto pela ditadura aos trabalhadores quanto ao silêncio da historiografia marxista, imposto pelo paradigma da ausência:

A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos parece se esfacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas de casa, professores e muitos outros invadem a cena do social e nos oferecem a dimensão da efetivação da própria história. [...] Vivemos hoje no limiar da desmontagem de todo um sistema de dominação (DE DECCA, 1981:13).

Escrevendo em 1984 — e que eu só vim a conhecer depois de minha dissertação defendida — Paoli, Sader e Teles publicaram um artigo analisando a historiografia dos estudos operários. Eles reforçam a ideia da influência, no meio acadêmico, dos movimentos sociais, em especial das greves dos metalúrgicos do ABC, que explodiam como expressão do que anunciava a crise do “milagre” econômico e do próprio regime autoritário:

Particularmente com as greves de massa em 1978, os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irromperam na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais, a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da política no país (PAOLI/SADER/TELLES, 1984:130).

Distante dessa consciência e sem ainda o domínio desse novo debate, iniciei o curso na USP sob a orientação de Adalberto Marson, que havia recém-defendido a tese de doutorado sobre “A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres”.

A minha formação teórica, quando ingressei, era aquela tradicional de uma visão romântica — próprio da militância — da classe operária. A mesma que De DECCA criticava. Minha preocupação, na perspectiva da tradição marxista-

leninista, era a de “resgatar” a memória do trabalho. Um olhar ainda pautado por apriorismos, como classe “atrasada” ou “revolucionária”. A obsessão era encontrar a classe como organizada e consciente de seu papel histórico revolucionário. Exatamente assim, essencializado.

Tudo ia bem. As implicações do Adalberto eram mais com relação a cumprimentos de prazos do que com reparos teóricos ou metodológicos profundos.

O choque veio com o exame de qualificação. Não recorro da composição da banca, mas recorro de uma pergunta que me foi feita e que absolutamente eu não entendi: “o que você entende por movimento social?”.

Lembro-me de ter ocorrido uma longa discussão, da qual eu estava alheio. Para mim a pergunta era primária. Ora, quem não sabia o que era movimento social!?

Terminada a defesa, saí para tomar uma cerveja com um colega — Hamilton Faria — que fazia mestrado em Sociologia na PUC-SP e contei-lhe do imbróglio. O tema da dissertação dele era “A experiência operária nos anos de resistência: A oposição sindical metalúrgica de São Paulo”, orientada pelo Luis Eduardo Wanderlei, que tinha tudo a ver com o debate teórico que eu acabara de experimentar.

Fazendo Sociologia, ele estava estudando o que havia de mais atualizado nos estudos sobre o mundo do trabalho. Rapidamente me passou alguns nomes, em especial o de Cornelius Castoriadis.

No dia seguinte, corri para as livrarias em busca do material. Encontrei Castoriadis que havia acabado de ser traduzido do francês para o espanhol e devorei o *La Experiencia del Movimiento Obrero*, volume 1 – Cómo luchar e volume 2 – Proletariado y organización. Tratava-se de uma coletânea de artigos que haviam sido originalmente publicados, desde o final dos anos cinquenta, na revista francesa *Socialisme ou Barbarie*.

Também tive a indicação de um autor inglês de que até então não tinha ouvido falar, Edward Thompson, e de sua obra *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Classe*. Não consegui comprar o livro, mas obtive uma fotocópia, o que me permitiu fazer alguns apontamentos.

Outra leitura sugerida e que me influenciou na minha dissertação foi o artigo da Maria Celia Paoli, publicado em 1982: *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira*. Doutoranda em Londres (concluiu em 1987) sob a orientação de Eric J. Hobsbawm, Paoli estava em contato com uma literatura que chegava timidamente ao Brasil através de importações, e que só foi traduzida a partir de meados dos anos oitenta.

Castoriadis e Thompson — em especial este último — se constituíram em referências de rupturas nas pesquisas sobre o mundo do trabalho, em especial na área de História.

Confesso que, para a minha dissertação, cuja defesa ocorreu em 1985, não consegui absorver toda a riqueza dessas leituras. Faltou tempo e adensamento. Erudição, inclusive para absorver a crítica.

Mas foi o acesso a essas leituras, cursos e palestras que fiz com professores como Edgard de Decca, Maria Stella Bresciani e Kazumi Munakata que me permitiram avançar para além da visão determinista que tinha da História.

O meu próprio orientador tinha ressalvas a essas rupturas em relação a categorias de classe e consciência de classe, impulsionadas que estavam não apenas pelo debate epistemológico, mas, sobretudo, pelo ambiente político. Em artigo publicada em 1984, assim se manifestou Adalberto Marson:

Quando muitos historiadores tentam repor a figura dos dominados no centro da história e abrir o começo de sua historicidade, nem por isso ela se oferece a nós com toda a clareza de um segredo auto-revelado. A própria fala (o seu “discurso”) também será precária, fragmentada e igualmente “dominada” por instâncias internas (os seus partidos, por exemplo); razão pela qual simplesmente erguer o contradiscurso não garante a chegada ao concreto como síntese das contradições de uma totalidade histórica (MARSON, 1984:62).

Ele tinha razão parte, pois muitos dos intelectuais escreviam contaminados pela explosão das greves e das organizações operárias daquele final dos setenta e início dos oitenta e se punham como porta-vozes da classe operária.

Participaram de minha banca de defesa, além do Adalberto, a Maria Stella M. Bresciani (UNICAMP) e o Carlos Alberto Vesentini (USP). Os comentários de Vesentini foram os mais críticos. Ele percebeu como de fato eu não consegui fazer o percurso que ensaiei com as novas leituras. Mas foi uma excelente experiência.

A experiência do Doutorado na França

Encerrado o Mestrado, ganhei currículo para ingressar em 1986 em um projeto de pesquisa sobre a industrialização do Paraná, no IPARDES-Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão público assessor da Secretaria de Estado do Planejamento. Na época, o Secretário era Francisco de Borja Magalhães Filho, o mesmo que havia influenciado a minha monografia de graduação e, desde sempre, um apaixonado pela história da indústria paranaense. Fui contratado como historiador, fato raro naquela época.

Éramos uma equipe, composta, entre outros, por Marionildes Dias Brepohl de Magalhães e Francisco Paz, que também se tornariam professores do Departamento de História da UFPR.

Permaneci pouco tempo na função, licenciando-me em 1989 para desenvolver o doutoramento na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, na França.

De todo modo, a experiência no IPARDES me permitiu levantar uma documentação que constituiu parte do meu projeto de doutorado em Paris.

Eu havia sido aprovado no doutorado da USP, também com o Adalberto Marson. Pesou em minha decisão de ir para a Europa o fato de minha mulher, Maria José Justino, ter conseguido bolsa de doutoramento junto à Universidade de Paris VIII.

Obtive a carta de aceite com o Dr. Frédéric Mauro, a partir da indicação do Carlos Antunes dos Santos, que por sua vez havia obtido a sua por indicação de Cecília Westphalen. Conclui o doutorado em 1991, mesmo ano em que Mauro se aposentou. Fui, portanto, um de seus últimos orientados. O ciclo tortuoso das relações do Departamento de História da UFPR com um dos representantes da *deuxième génération* dos *Annales*, em Paris, se fechava.

Frédéric Mauro era um latinoamericanista e coordenava à época um projeto sobre a mentalidade empresarial na América Latina, em uma das especialidades da Paris III, que eram os *Études des Sociétés Latino-Américaines*.

Aluno de Pierre Chaunu e Fernand Braudel, Frédéric Mauro esteve várias vezes no Brasil. Sua tese de doutorado, “Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570–1670)”, defendida em 1957, foi uma de suas mais gratas produções,

passando a ser reconhecido no mundo acadêmico luso-brasileiro. Era um liberal por excelência. Apesar de suas relações com pesquisadores brasileiros próximos ao sistema ditatorial dos anos 60/70 — Cecília Westphalen, por exemplo —, Mauro ficou conhecido entre os brasileiros que tiveram a sua orientação como um diplomata, não poucas vezes tendo acolhido e dado apoio intelectual a jovens pesquisadores brasileiros, mesmo os de esquerda.

Na sequência do que vinha pesquisando no IPARDES e em resposta à proposta do programa coordenado por Mauro na Paris III — mentalidade empresarial na América Latina —, o meu projeto versava sobre a formação da classe empresarial brasileira, com ênfase à paranaense.

Utilizei basicamente duas fontes para subsidiar esse estudo: a documentação governamental, tais como relatórios de governadores, de secretários de Estado e, em especial, de órgãos de fomento à economia, como foram os produzidos pela CODEPAR-Companhia Paranaense de Desenvolvimento Social (1962–1968), depois transformada no BADEP-Banco Paranaense de Desenvolvimento Social (1968), e na produção do próprio IPARDES. Outros materiais pesquisados —talvez os mais originais — foram os documentos produzidos no meio empresarial, em especial o dos sindicatos patronais e da FIEP-Federação Paranaense da Indústria.

O período pesquisado na tese compreendia os anos entre 1940 e 1965. Mais tarde reconheci que deveria ter estendido para pelo menos os até meados dos anos setenta. Mas o que queria, originalmente, não era o discurso governamental sobre uma industrialização que se procurou construir depois da crise do café, no Paraná, mas quais eram as bases políticas e ideológicas da mentalidade da elite empresarial e estatal — que no limite foi ocultada após o golpe —, para dar vez ao discurso da modernização econômica do estado e da nação. Ou seja, como esse processo de ocultamento de uma mentalidade empresarial paranaense muito pouco dinâmica — ou, se quisermos, retrógrada do ponto de vista de uma modernização capitalista — precisou ser ignorada para dar vez a um discurso de pujança e de modernidade, claramente ideológico, mas de fato frágil para dar uma efetiva sustentabilidade.

Infelizmente, durante o doutorado encontrei poucos pares para dialogar e melhorar essa discussão. Fui dispensado de fazer disciplinas obrigatórias (o

DEA-Diplôme d'Études Approfondies), por conta do reconhecimento de meu mestrado. Acabei fazendo algumas disciplinas avulsas, por iniciativa própria. Uma delas foi o seminário de discussão de tese e dissertações coordenado pelo próprio Mauro. Mas como ele estava quase se aposentando, pouco comparecia. Os seminários eram conduzidos por assistentes e alunos do doutorado. Frequentei ainda os seminários da professora Katia Matoso, que reunia estudantes interessados no Brasil, a maioria brasileiros. Tentei seguir o curso do Cornelius Castoriadis, mas acabei desistindo. Ele havia abandonado os estudos sobre política e marxismo e abraçado uma complexa discussão entre filosofia e psicanálise, o que não respondia aos meus interesses naquele momento.

A defesa da tese ocorreu em fevereiro de 1991. Foi na Sorbonne, Paris I, numa das salas mais carregadas de monumentos. Nas suas galerias constavam referências — obras, diplomas e bustos — de Voltaire, Montesquieu, Diderot e outros. Era uma ostentação em termos de memória de uma civilização. Certamente me senti privilegiado, mas também atemorizado. Eram séculos de muita cultura, sobretudo diante do que eu tinha a dizer.

Na banca, além de Frédéric Mauro, participaram Jean Revel-Mouroz, geógrafo e coordenador de pesquisa do CNRS-CREDAL, Centre de Recherche et de Documentation sur l'Amérique Latine, e os professores Broder (Paris XII) e Rabenoro (Paris III).

Mauro obviamente já havia lido o meu trabalho e me encorajado a ir à defesa. Na verdade, fez poucas ressalvas ao meu trabalho final, cujo título ficou *Le patronat et le pouvoirs publics au Paraná (Brésil), 1940–1965*.

Meu temor era com relação a Mouroz, de quem eu já tinha lido alguns trabalhos e sabia de sua seriedade acadêmica. Ele havia recém-publicado um livro sobre a Venezuela (*Venezuela, centralisme, régionalisme et pouvoir local*). Para minha felicidade, foi de quem mais recebi elogios.

Dos outros dois membros eu não tinha referências. Conheci-os apenas na defesa. Rabenoro foi o que mais apresentou críticas, o que fez com que a defesa se estendesse por mais de cinco horas. Não sei de onde encontrei fluência no francês, mas finalmente fui aprovado com a nota máxima de um *très honorable*.

De volta ao Brasil, prestei concurso público em 1994 – depois de duas tentativas frustradas – e ingressei no Departamento de História da UFPR.

A trajetória da pesquisa na UFPR

Sem dúvida, o meu ingresso na UFPR como professor permanente marcou um divisor de águas na minha prática política e intelectual. O arrefecimento da militância política foi motivado por alguns fatores, obviamente inter-relacionados.

De um lado, a institucionalização dos movimentos sociais. O movimento da redemocratização obteve as suas conquistas, mas trouxe consigo o esfriamento do entusiasmo *naïf* e romântico dos anos oitenta. Os movimentos, agora, estavam mais voltados para a institucionalização do que para a defesa de princípios ideológicos, como a democratização da sociedade. Estavam mais voltados para estruturar a máquina burocrática, pois supostamente o objetivo principal, o fim da ditadura, havia sido alcançado. Assim ocorreu com o Partido dos Trabalhadores que, regularizado, se envolveu com o *establishment* partidário. O mesmo aconteceu com a oposição sindical da APP, que conquistara a direção do sindicato em 1993. O aspecto positivo de tudo isso foi uma significativa democratização das instituições da sociedade civil — como os sindicatos e a universidade, entre outros — e do próprio Estado. As eleições livres foram expressão dessas mudanças.

De outro lado, à medida que eu me distanciava da militância, me envolvia com uma postura mais crítica em relação ao social. O aprofundamento de leituras me fazia mais crítico em relação a certos mecanicismos ideológicos de tradição leninista da verdade. Isso me fez mais crítico e, ao mesmo tempo, mais distante do pragmatismo que a *realpolitik* exige. Passei a inquirir, mais do que a ter certezas.

Ao mesmo tempo, a convivência universitária passou a ser mais atraente para mim. O ambiente acadêmico que encontrei no Departamento de História da UFPR e a estabilidade funcional em relação a possibilidade de realizar projetos mais duradouros permitiram que eu abraçasse de forma mais intensa a vida universitária de pesquisas e publicações.

Até então eu trabalhava os três turnos, invariavelmente em sala de aula, quando a pesquisa se restringia ao estudo bibliográfico de preparo das aulas. O ingresso na universidade permitiu a minha dedicação exclusiva à pesquisa, assim como ao ensino e à extensão.

Nos primeiros anos, basicamente mantive a minha linha de pesquisa em História Social e Política. Publiquei trabalhos sobre história do Paraná e orientei dissertações e doutorados sobre temas correlatos.

Mas a minha primeira orientação de doutorado foi um desafio. Tratava-se de uma professora do Departamento de Filosofia, Anita Schlesener, que escreveu sobre “A recepção de Gramsci no Brasil: A interpretação no contexto do PCB, nos anos 60”, trabalho defendido em 2001.

Essa orientação me levou a ler obras de Gramsci, sobretudo as novas interpretações, possibilitadas então pela perda de hegemonia do Partido Comunista Italiano sobre o autor. O trabalho de Anita não foi apenas uma descrição da recepção de Gramsci no Brasil, mas das manipulações que os PC's — italiano e brasileiro — realizaram nas primeiras publicações dos seus manuscritos. Anita desenvolveu um estágio na Università degli Studi di Milano, de onde trouxe uma série de documentos inéditos sobre Gramsci.

Predominava até então uma versão leninista do conceito gramsciano de cultura, que só foi possível romper após as derrocadas políticas do PC internacional. Mais do que História, o que Schlesener desenvolveu foi uma leitura de Filosofia Política.

Ao longo dos anos, foram se sucedendo orientações e defesas de dissertações e teses, tendo chegado a trinta, além das orientações de alunos da graduação em iniciação científica, extensão e monografias.

A partir de 1994, comecei também a me envolver com um grupo nacional de estudos de História Social e Política dos Esportes. Foi a partir de um encontro na UEPG-Universidade Estadual de Ponta Grossa, para o qual fui convidado como avaliador do evento, que comecei a me envolver com o tema dos esportes, mais especificamente com o futebol. Até então, o meu interesse pelo futebol era apenas lúdico, mas nenhum acadêmico.

De avaliador convidado, eu me tornei co-organizador de vários eventos nacionais sobre os esportes, passando a orientar várias dissertações e teses e, claro, a realizar publicações sobre o tema. Eu e meus orientados — cerca de 20 alunos de graduação e pós — organizamos o Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. Desde 1994, participo como conferencista dos eventos do CHELEF-

Congresso de História do Esporte, Lazer e Educação Física. A partir de 2003, eu, Ademir Gebara (Unicamp) e Ricardo Lucena (UFPE) organizamos o simpósio temático “História do esporte e do lazer” nos eventos nacionais da ANPUH, dos quais permaneci como um dos principais organizadores até 2015. Nesse período, nosso grupo de estudos organizou simpósios temáticos também nos congressos regionais da ANPUH-Paraná.

As motivações acadêmicas que geraram o meu envolvimento com a temática dos estudos sociais e políticos do futebol foram diversos, mas pelo menos dois eu gostaria de destacar.

Um deles foi a transição dos estudos do movimento operário e das vilas operárias para o mundo do futebol, realizada pelo antropólogo José Sérgio Leite Lopes. Junto com Roberto Da Matta, Leite Lopes foi um dos fundadores do que passou a se chamar de antropologia dos esportes.

Em depoimento recente, Leite Lopes justifica a mudança de sua pesquisa tanto pela crise teórica da história do mundo do trabalho quanto pelo impacto da morte de Garrincha, em 1983. Em depoimento recente, Lopes explica o seu interesse em relacionar futebol e classe operária nos seguintes termos:

Eu sabia que o Garrincha é um cara que pertence ao mesmo mundo dos operários que nós estávamos estudando. Com uma prática rural também, que tem essa lógica do uso dos recursos acessórios, do roçado, do gosto pelos animais, pelos passarinhos, que gosta disso e daquilo outro, e que isso condiciona o estilo dele de jogo (LOPES, 2010:571).

Lopes afirma ter ingressado no tema do futebol “pela porta dos fundos da fábrica” (LEITE LOPES, 2010:572) Na sequência, publicou em uma coletânea sobre esportes organizada por Pierre Bourdieu, assim como coordenou, entre 1997 e 1999, uma pesquisa sobre a história do futebol no Brasil, junto ao Centre de Recherches du Brésil Contemporain da EHESS, em Paris.

Na verdade, podemos dizer que os esportes, em especial o futebol, entraram nas Ciências Sociais pela porta dos fundos, sobretudo depois das fissuras que ocorreram com a chamada crise dos paradigmas dos anos oitenta/noventa.

Foi, portanto, o tema da cultura, trazido no contrapelo dos paradigmas cientificistas vigentes, que inscreveu o futebol como campo de estudo histórico.

Outra referência relevante para mim foi a leitura dos estudos de Norbert Elias e Eric Dunning sobre esporte e civilização. Desde o convívio que tive com Dunning em pelo menos dois encontros — o primeiro em Maceió, em 1997, e depois em Ponta Grossa, em 2002 —, passei a me interessar pelos estudos eliasianos dos esportes, sempre na perspectiva do controle/autocontrole das emoções. Em especial a discussão sobre violência no futebol, o hooliganismo, torcidas organizadas etc.

Esse interesse levou-me, em 2003, a organizar um dossiê na revista “História: Questões e Debates”, para o qual convidei diversos autores estrangeiros e nacionais. Dunning me respondeu com muita simpatia e enviou um artigo original, em que dialogava com os críticos da teoria de Elias sobre os esportes: “Sobre problemas de identidade e emoções no esporte e no lazer: Comentários críticos e contracríticos sobre as sociologias convencional e configuracional de esporte e lazer”¹.

Inspirado na leitura de Norbert Elias, publiquei em uma coletânea, em 2005, um capítulo sobre a relação de Elias com a História Cultural, relevante para nós que procurávamos compreender a inserção dos estudos sobre esportes no domínio da História Social e Política².

O que me atraía era menos o uso, constante em Elias, de termos como “evolução”, “sentido de direção” e “civilização”. Meu interesse era pela ampla gama de ferramentas teóricas ofertadas por ele — a teoria configuracional —, que me deixava confortável para abordar novos temas, como o futebol³. As discussões sobre determinação/indeterminação ou sujeito/estrutura revelavam a preocupação de Elias em se afastar do reducionismo cientista das leis universais e do racionalismo. Ao exercitar esses preceitos, Elias buscava aproximar-se de problemas colocados pela antropologia e pela etnografia às demais ciências

¹ Nessa edição, contei ainda com a participação de um dos principais sociólogos dos esportes, o escocês Richard Giulianotti, que colaborou com um artigo original sobre “Globalização cultural nas fronteiras. O caso do futebol escocês”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 39, 2003. Editora UFPR.

² RIBEIRO, Luiz Carlos. Norbert Elias e a História Cultural. In: CARVALHO, Alonso B. de; BRANDÃO, Calos da F. (Orgs.) *Introdução à Sociologia da Cultura*. Max Weber e Norbert Elias. São Paulo: Avercamp, 2005.

³ RIBEIRO, Luiz Carlos. Violência e civilização. Anais IX Simpósio Processo Civilizador, Ponta Grossa, UEPG, 2005.

sociais, em especial a História. Isso me interessava, posto que ajudava a legitimar a pesquisa do futebol no interior dos estudos históricos, pois, como afirmei em certa ocasião, a História é uma disciplina marcada por lugares consolidados de poder. Uma velha senhora ciosa de suas teorias, fontes, métodos e esquemas explicadores que, mesmo com o desmoronamento de seus paradigmas, resistiu — e ainda resiste — ao ingresso de novo sócio ao clube. As suas exigências são rigorosas: um campo de estudo consolidado, com corpo teórico, categorias e conceitos definidos, bem como uma historiografia consistente. Um jogo de poder que não é para principiantes⁴.

Passei também a me envolver na discussão de Elias sobre violência e civilização. Incomodava-me a transformação que o próprio Elias dera à perspectiva do controle e autocontrole da violência. Se no “processo configuracional” esse controle era visto como uma possibilidade, não poucas vezes foi apresentado por Elias em uma lei universal do processo civilizador.

Na esteira desse debate, escrevi artigos sobre Elias e Gilberto Freyre, o que denominei como “Diálogos sobre um processo”. Ou ainda sobre cordialidade e civilização, num esforço de ler Sérgio Buarque de Holanda na perspectiva da teoria da configuração civilizacional.⁵

Voltei a organizar outro dossiê com uma chamada criativa à época: “Futebol, sentimento e política”. Nessa edição, participei com um artigo que considero uma das minhas referências originais sobre futebol e política: “Futebol: Por uma história política da paixão nacional”. Meu objetivo era desnaturalizar aquilo que era, desde Freyre e Da Matta (guardadas as diferenças), uma mitificação da relação entre futebol e identidade nacional. Ou seja, problematizar o que foi construído e naturalizado ao longo do século XX, o imaginário de que o “o futebol

⁴ RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. In: História: Questões & Debates, Curitiba: Ed. UFPR, ano 2,9 n. 57, jul./dez. 2012, p. 15-43.

⁵ RIBEIRO, Luiz Carlos. Civilização e Cordialidade. Norbert Elias e Gilberto Freyre: Diálogos sobre um processo. VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Univ. Federal da Paraíba, 16/18 de setembro de 2004.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Cordialidade e civilização: A configuração civilizacional brasileira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. VII Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação. Londrina (PR), UEL, 2003.

explica o Brasil”⁶. Trouxe para o debate uma discussão que era pioneira no Brasil, sobre uma “História Social das Emoções Políticas”, e que tinha, entre outras, referências em Pierre Ansart, Claudine Haroche e Christophe Prochasson⁷.

Inspirado nessa discussão, fui o organizador, em 2007, de uma coletânea sobre “Futebol e globalização”, publicada pela Editora Fontoura, de São Paulo. Dela participaram autores nacionais e estrangeiros. Em meu artigo, analiso o quanto o crescimento econômico e social do futebol europeu impactou a política europeia do século XXI. Sempre tratado como uma atividade secundária de lazer e alienação, o futebol associa-se às turbulências da globalização, às preocupações com a segurança internacional (como o terrorismo, o xenofobismo ou o racismo) e, em particular, à afirmação política da União Europeia. À época, o aumento da violência nos estádios de futebol (hooliganismo), associado à corrupção dos órgãos esportivos e mesmo ao tráfico irregular de jovens jogadores (muitos ainda crianças), havia se tornado tema central no debate político das instituições europeias. Com seu crescimento, como um espetáculo que envolve multidões e um volume imenso de capital, o futebol perdia a ingenuidade do *fair play*. Nesses termos, a preocupação era demonstrar o quanto as autoridades políticas europeias, em especial o Parlamento Europeu e os governos da União Europeia, preocupavam-se em afirmar a autonomia do campo esportivo e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, enquadrá-lo nas esferas da transparência pública e do direito comunitário. A autonomia da “indústria do futebol”, sempre vista como um espaço de distensão social, era agora politizada tanto pelas instituições estatais quanto pelo meio acadêmico, de algum modo comprometido com esse ordenamento⁸.

Como resultado dessa produção, em 2009 fui convidado para um congresso nas cidades de Varsóvia e Cracóvia, na Polônia. O encontro ocorreu na Andrzej Frycz Modrzewski Kraków University, e o coordenador era o Dr. Ryszard

⁶ História: Questões & Debates, Curitiba, n. 57, jul./dez. 2012. Editora UFPR.

⁷ A meu convite, o professor Prochasson publicou em 2013, em novo dossiê da revista do PPGHIS, o artigo “Uma melancolia política na era do pós-comunismo. A extinção das paixões políticas em François Furet”.

⁸ RIBEIRO, Luiz Carlos. A crise da autonomia no futebol globalizado: a experiência europeia. In: _____ (Org.). *Futebol e globalização*. Jundiaí (SP), Ed. Fontoura. 2007, p. 49-68.

Stemplowski. O interessante é que não se tratava de um evento sobre esportes, mas sobre relações internacionais entre Europa e América Latina: “Europe and Latin America: Looking at each other?” era o título do evento.

Fui convidado exatamente por conta do olhar alternativo de leitura, que era fazer uma análise das relações sociais e políticas entre Europa e Brasil sob a perspectiva do futebol. O título de minha conferência esclarece a proposta: “Brazil and Europe: The Culture of Football and the Mutual Perceptions”. A conferência resultou na publicação em uma coletânea organizada pela própria universidade anfitriã.

No ensaio que desenvolvi, após uma rápida introdução histórica da inscrição do futebol no Brasil a partir de um processo de expansão capitalista no final do século XIX, com ênfase na imigração de europeus, em especial a britânica, extraí algumas conclusões.

Observei que, apesar de Brasil e Europa serem sociedades com experiências distintas de desenvolvimento, a análise da cultura do futebol demonstra ser possível compreender as proximidades e distanciamentos entre elas. O envolvimento afetivo que o futebol provoca nos indivíduos é que permite tomá-lo como chave de acesso a essas sociedades. Afirmo que não se acredita mais, no Brasil, que o futebol explica e sintetiza a nação e o povo, como se afirmava até os anos 1970/80. Ou seja, pela força de internacionalização da sociedade, o futebol se tornou um fenômeno social que permite comparar sociedades globais.

O que fica evidente é que o processo da globalização transformou o futebol na indústria de entretenimento mais bem sucedida. E talvez seja o jogador brasileiro o que melhor simbolize essa espetacularização. O que define hoje o sucesso de imagem internacional de um clube, em qualquer lugar do mundo, é possuir, em seu quadro de jogadores, atletas estrangeiros. E será melhor ainda se forem brasileiros.

Essa situação, contudo, não configura de forma positiva uma integração cultural entre brasileiros e europeus. À exceção de uma minoria de jogadores bem-sucedidos no campo esportivo e financeiro, a maior parte desses atletas vive em situação precária no estrangeiro. Deve-se a isso o despreparo cultural e emocional, uma vida profissional muito curta e, sobretudo, a predominância de

um sistema mercantilista de exploração do esporte. Apesar de não serem necessariamente originários das camadas pobres da população brasileira, os jogadores que migram para a Europa têm um baixo nível de formação educacional e, por serem também muito jovens, possuem pouca formação emocional para administrar as suas carreiras.

O jogador de futebol, em especial o brasileiro, é hoje um nômade que precisa viver intensamente a sua curta carreira de atleta. Do ponto de vista do comprador europeu, ele é um produto a ser consumido e que deixa muito pouca raiz de integração. Nesses termos, o futebol, como qualquer outro bem cultural de consumo, é efêmero.

Nessa perspectiva, o futebol e o jogador brasileiro em especial, como subprodutos da sociedade atual de consumo, podem ser expressões da ideia contemporânea de esgotamento do indivíduo, e, por isso, adquirem a força de categoria social e histórica para se compreender o mundo atual⁹.

Com essa mesma pegada de internacionalização, participei em 2011 do XVI Congreso Internacional de AHILA-Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, na Universidad de Cádiz, na Espanha. Como resultado, fui convidado para publicar uma edição especial do periódico da AHILA, coordenado pelo professor Stefan Rinke, do Lateinamerika-Institut, da Freie Universität Berlin, Alemanha¹⁰.

Em decorrência de uma publicação sobre megaeventos esportivos, feita no periódico “Ciência e Cultura”, da SBPC¹¹, recebi convite do professor Renato Janine Ribeiro para participar de evento organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, sobre o tema “Debate em 2 tempos: a fantasmagoria da derrota, o futebol como metáfora”, organizado logo após a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, no Brasil. A proposta dos organizadores era

⁹ RIBEIRO, Luiz Carlos. The culture of football: Brazil and Europe. In: STEMPLOWSKI, Ryzsard (Ed.). *Europe and Latin America – looking at each other?* Warsaw: The Polish Institute of Internationale Affairs, 2010, p. 139-167.

¹⁰ RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol, identidade nacional e Ciências Sociais no Brasil. In: ARMUS, Diego; RINKE, Stefan (Eds.) *Del football al fútbol/futebol: Historias argentinas, brasileras y uruguayas en el siglo XX*. Madrid / Frankfurt, 2014.

¹¹ RIBEIRO, Luiz Carlos. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. *Cienc. Cult.*, Jun. 2014, vol. 66, n. 2, p. 27-30.

analisar “o quanto a derrota afeta a autoestima da nação e a imagem do país, nacional e internacionalmente, não só no futebol, como também nas esferas sociopolíticas, econômicas e culturais”. Além de outros convidados, o encontro contou com a participação de Ugo César Giorgetti, premiado roteirista e diretor de cinema, autor, entre outros trabalhos, do documentário sobre o pugilista Éder Jofre.

Em minhas publicações mais recentes, tenho me concentrado na discussão da relação entre futebol/esportes e política. Em coletânea organizada por Sérgio Giglio (Educação Física) e Marcelo Proni (Economia), colegas da Unicamp, publiquei uma análise teórica sobre o tema¹². O que argumento nesse artigo é que, apesar de serem apresentados no meio acadêmico como campos antagônicos, o que se verifica é o oposto. O capítulo propõe uma discussão conceitual e histórica da relação entre futebol e política. A proposta é demonstrar que, quanto mais o futebol se afirma e se autolegitima como apolítico ou neutro, mais ele se torna eficazmente político. Não poucas vezes o futebol, para se legitimar como prática social, precisou negar a política, distanciar-se dela, imaginando poder erigir-se como um campo próprio. Apesar do sucesso dessa estratégia, o futebol nunca se descolou da política. No limite, significa dizer que o futebol, para se legitimar como um fenômeno social autônomo, precisou negar a política. É nesse *lugar político da neutralidade* — afirmo — que ele é reconhecido e que se legitima. Para tanto, analisei alguns momentos históricos da prática do futebol, desde os primórdios, no final do século XIX, até a atualidade, demonstrando como a estrutura do futebol sempre se valeu da política para alcançar os seus interesses esportivos, financeiros ou de escalada de poder. Esse artigo foi selecionado para ser publicado em inglês pela editora Springer, prevista para setembro de 2021.

Em artigo publicado no periódico científico História: Questões e Debates, do PPGHIS, em dossiê organizado por André Mendes Capraro (UFPR) e Miguel Freitas Jr. (UEPG), discuto a relação da política com os Jogos Olímpicos, desde a sua fundação, no final do XIX e os princípios esportivos do Barão de Coubertin. Destaco ainda um período politicamente rico para analisar essa relação, que foi o totalitarismo, em especial os jogos de 1936, em Berlim, no auge do nazismo.

¹² RIBEIRO, Luiz Carlos. “Futebol e Política”. In: GIGLIO, Sérgio; PRONI, Marcelo. *Futebol nas Ciências Sociais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, pp.15-43.

A análise do comportamento dúbio do Comitê Olímpico Internacional — que tinha os Estados Unidos como hegemônico — mostra muito claramente que a autoproclamada “autonomia dos esportes” nunca existiu efetivamente. As concessões dadas ao regime nazista, durante as olimpíadas, foram justificadas como expressão dessa autonomia e do não envolvimento político. O que é no mínimo um contrassenso, assim como a leitura que fiz para o período da chamada guerra fria, em que as relações políticas entre EUA e URSS eram tensas e obviamente repercutiam nos Jogos Olímpicos, em especial com os Jogos de 1980, realizados na Rússia e, na sequência, com os Jogos de 1984, organizados em Los Angeles/EUA.

Focando em três momentos conjunturais do olimpismo — a fundação dos jogos modernos, no final do século XIX, a conjuntura totalitária dos anos trinta e a da guerra fria nos anos 1950–1980 — o artigo debate como a atribuída neutralidade dos Jogos Olímpicos transformou-se na sua principal força política. A tese é que, à medida que o campo esportivo se autonomiza enquanto uma atividade com regras próprias, mais ele fortalece a sua neutralidade. Do mesmo modo, quanto mais esse caráter neutro e apolítico é afirmado, mais cresce a força política do movimento olímpico¹³.

Ainda exploro a questão “política e futebol”, em artigos escritos em parceria com dois ex-alunos, que se tornaram autores de elevado nível de reflexão. Um sobre a Copa do Mundo de 1978, na Argentina, em pleno período autoritário. Nesse artigo, exploramos farto material que coletei nos arquivos da *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine*, Universidade de Paris X – Nanterre (França), quando fiz meu estágio de pós-doutorado. Trata-se dos arquivos do *COBA-Collectif pour le boycott de l’organisation par l’Argentine de la coupe de monde de football*, movimento de boicote à Copa da Argentina, de 1978, ocorrido na Europa, mais especificamente em Paris.

Afirmamos que, apesar das pressões políticas internacionais, em nenhum momento a realização da Copa na Argentina foi colocada em discussão pela FIFA. Pelo menos não por motivos políticos, pois a entidade obviamente era fiel à tese da neutralidade política do futebol. A versão corrente na FIFA, como a da

¹³ RIBEIRO, Luiz Carlos. A (des)politização dos Jogos Olímpicos modernos. *História: Questões e Debates*. v. 68, n. 2 (2020), pp. 208-228.

maioria dos agentes envolvidos, é que se ia à Argentina jogar futebol, não para fazer política. Acreditava-se que esse discurso dissimulava o envolvimento ideológico.

O que estava subjacente — e aí reside a força política do futebol — era a passionalidade pelo desejo esportivo de que a Copa se realizasse. Mesmo forças racionalistas de esquerda, como os Montoneros, renderam-se à vontade popular de se jogar a Copa, mesmo que ela se realizasse em estádios que há pouco tinham servido como campos de concentração e extermínio de prisioneiros políticos.

Na Argentina ou no estrangeiro, o dilema da Copa foi marcado pela politização, fosse dos dirigentes da ditadura que queriam a Copa como vitrine do sucesso do regime, fosse das oposições de esquerda, que sucumbiram em defesa da Copa pela paixão das massas e passaram a justificá-la como vitrine de denúncia ao regime. O lado racional da política sucumbiu ao da paixão¹⁴.

Outro artigo, também sobre a temática “futebol e política”, foi em parceria com o mestre em História da UFPR, Jhonatas Souza, agora sobre o Estado Novo de Vargas.

Inserida no debate teórico e historiográfico do período varguista, a proposta do artigo foi a de analisar a reestruturação do sistema organizativo do futebol brasileiro ocorrida no período. De forma mais específica, investigamos o papel que agentes internos e externos ao campo esportivo tiveram nesse processo. O debate segue a mesma tese da relação entre futebol e política, presente em outros artigos. Ou seja, o futebol não é “despolitizado”. Como qualquer outro agente ou campo, ele age politicamente, porque é intrínseca a sua relação com os jogos de poder.

A proposta do artigo foi problematizar a leitura simplista da neutralidade dos esportes diante da política. Entendemos que a reestruturação da prática corporativa e autoritária gestada no governo varguista compreende uma dialogia marcada por tensões, convergências e cooptações entre os diversos atores

¹⁴ RIBEIRO, Luiz Carlos; MARCZAL, Ernesto S. “A (des)politização do futebol nas narrativas sobre a Copa na Argentina de 1978”. *Revista Unisinos História*. 25(1):122-132, Janeiro/Abril 2021.

envolvidos nesse processo. Tomando como referência a atuação de agentes estatais e do meio esportivo (dirigentes de clubes e das federações, jornalistas esportivos etc.), tensionamos a tese, predominante na literatura, do caminho de mão única da intervenção do Estado na esfera privada do futebol ou mesmo na configuração do campo esportivo como um todo. Desse modo, o estudo inscreve-se no debate teórico e historiográfico que averigua a relação entre as políticas jurídico-institucionais do Estado e a sociedade civil na Era Vargas.

Focamos na descrição e análise da atuação de determinados “agentes de interesse”, presentes tanto na instância governamental quanto na esportiva. Nossa intenção foi pensá-los atuando de forma dialógica na construção do projeto de disciplinarização e reorganização do campo esportivo brasileiro. Afinal, a compreensão da eficácia da ideologia estadonovista só é possível se pressupormos a existência de uma teia complexa de agentes que a legitime¹⁵.

De volta à questão operária

Fora da matriz “futebol e política”, produzi alguns artigos para responder demandas específicas. Uma delas foi sobre a greve operária de 1917, que comemorava, em 2017, cem anos. Em parceria com o colega de Departamento Clovis Gruner, organizamos um evento com vários estudiosos. Entre outros, dois convidados especiais: Francisco Foot Hardman, da UNICAMP, e Christina Lopreato, Universidade Federal de Uberlândia. Após o evento, ampliamos o convite a outros pesquisadores e organizamos um livro sobre a greve de 1917¹⁶. O meu artigo tratou de uma revisita à dissertação de Mestrado, defendida em 1985, em que procurei problematizar a tradição marxista de olhar a luta de classes no movimento operário a partir de um lugar único, o da classe

¹⁵ RIBEIRO, Luiz Carlos; SOUZA, Jhonatan U. “O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas”. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 160-181, jan./abr. 2021.

¹⁶ RIBEIRO, Luiz Carlos; GRUNER, Clóvis (Orgs.) Utopias e experiências operárias. Ecos da greve de 1917. São Paulo: Intermeios, 2019. Sobre a greve de 1917 publiquei outro capítulo de livro: RIBEIRO, Luiz Carlos. Experiência operária em Curitiba: a greve geral de 1917. In: MENDONÇA, Joseli M. N.; SOUZA, Jhonatan U. (Orgs.) *Paraná insurgente: História e lutas sociais — séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p 229-242.

trabalhadora. Como se ela mesma não estivesse permeada de relações complexas, intra e extraclasses.

A primeira questão que destaquei é com relação às lideranças operárias. Creio que, de certa forma, procurei responder à questão a mim formulada por ocasião de minha qualificação no Mestrado. Do que afinal estamos falando? O que é a “fala da classe operária”, esse conceito tão essencializado? Da exposição que fiz em relação às principais lideranças operárias em Curitiba, fica clara a participação de setores das elites que, seja porque imbuídos de um espírito cristão positivista de inculcar a civilização nas classes pobres, seja porque temiam a auto-organização operária e/ou a influência de ideologias radicais, interviram de forma significativa na organização e por conseguinte na composição da cultura operária.

Também pelo fato de que os homens comuns do mundo do trabalho não necessariamente se opunham a essas relações, até porque era uma forma de obter conquistas. Não existe luta de classes sem algum processo de negociação. Relato alguns exemplos: em 1907, Gigi Damiani, intelectual anarquista altamente politizado, sentou-se à mesa com o “pequeno-burguês” e empresário Domingos Duarte Velloso, para tentar organizar as “ligas de resistências” operárias. Em outra situação, Napoleão Lopes, advogado e politicamente conservador, foi voz ativa em diversos momentos da luta operária e teve papel político importante na defesa dos anarquistas presos e deportados em 1917. Certamente ele não estava ali apenas porque era advogado. Do chefe de polícia aos espíritas e maçons, dos socialistas aos anarquistas, vários foram os personagens envolvidos na construção da experiência operária em Curitiba.

Essa constatação, mesmo que preliminar e exigindo ampliação das fontes e da análise, é suficiente para desautorizar qualquer simplificação sobre classe ou consciência de classe como fenômenos estáticos e predefinidos. Como também desautoriza afirmar o seu oposto, o da ausência ou fragilidade de classe, pois estaríamos caindo na mesma armadilha de reduzirmos a experiência dos indivíduos e dos grupos sociais à classe como essência, logo a-histórica. Se a categoria classe social for engessada a ponto de impossibilitar a percepção das práticas históricas dos sujeitos trabalhadores, ela se torna dissimuladora.

Estaremos tratando de tudo, menos da experiência histórica dos indivíduos que queremos conhecer.

Outro elemento que fica perceptível na leitura das lutas sociais que apresentei é o esgotamento dos espaços políticos do anarquismo, em especial naquele contexto de final dos anos 1910/20. O cenário da conjuntura do momento era de complexificação das lutas sociais, o que colocava em xeque a proposta auto-organizativa do anarquismo. Cresciam as demandas dos trabalhadores por direitos, o que exigia resistência e luta, mas também interlocução e negociação. Para além da sofisticação teórica do anarquismo — que no limite exigia um super-homem: sem patrão, sem pátria e sem deus —, ganharam espaços as propostas socialistas da organização centralizada e do viés parlamentarista. Como também, em crise o liberalismo, reconfigurava-se o Estado, cada vez mais atribuindo-se a ele funções de ação e de controle social.

Paradoxalmente, o anarquismo foi um movimento forte enquanto predominavam as regras liberais e individualistas da mão invisível. Com a centralização do poder e as propostas de “democracia social” — como o pensamento autoritário de direita e de esquerda justificavam —, exauriram-se os espaços do livre pensar e agir. A crise do liberalismo foi também a do anarquismo no movimento operário.

O que é sociabilidade?

Por uma demanda surgida no interior da Linha de Pesquisa à qual estou vinculado na pós-graduação — Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades —, organizei, em parceria com minha colega de departamento, Andrea Doré, uma coletânea sobre o tema da sociabilidade. A proposta surgiu dos nossos seminários internos, quando percebemos que pouco discutíamos sobre o conceito “sociabilidades” no interior da própria Linha. Nem com nossos orientandos e nem mesmo entre nós, professores. Apesar de usarmos de forma recorrente a categoria “sociabilidade”, pouco tínhamos a dizer sobre o seu significado e uso. Andrea e eu organizamos então uma semana de discussão, para a qual convidamos os professores e alunos que haviam se doutorado conosco. A proposta era que cada um definisse o seu entendimento do conceito. E assim ocorreu. Foram várias colaborações. Propusemos, então, convidar os

participantes do seminário a organizar uma obra coletiva. Porém percebemos que nenhuma das contribuições trazia uma discussão teórica sobre o conceito. Ou seja, trabalhava-se a sociabilidade como uma categoria dada, mas sem problematizá-la conceitualmente. Precisávamos, contudo, que alguém se dispusesse a fazer uma discussão teórica sobre o tema.

Como uma de nossas referências era o historiador francês Maurice Agulhon. (1926–2014), com quase nada traduzido no Brasil, em uma de minhas viagens a Paris adquiri algumas obras do autor e me dispus a escrever um artigo que, mesmo de forma introdutória, estabelecesse alguma discussão teórica sobre a categoria histórica da sociabilidade. Na coletânea, publicamos pela primeira vez em português dois capítulos de Agulhon, em que o autor discute o tema na sua obra e na historiografia.

No meu trabalho, recortei a discussão em dois eixos. Um histórico, outro conceitual. Destaco a quase indissociabilidade entre esses recortes, na medida em que a sociabilidade é um vocábulo que surge no contexto do iluminismo como definição de uma prática que vinha se tornando politicamente forte, que eram as associações formais e informais em torno do discurso de autonomia do indivíduo e da sociedade civil em relação ao Estado absoluto, que predominava. Essas formas associativas — sociedades secretas, lojas maçônicas, cafés, clubes literários etc. — reconfiguram a esfera pública, expressando já a crise do absolutismo. É na experiência intelectual e política da construção desse lugar marginal que se inscreve a sociabilidade como um conceito moderno. É na crise do Estado absoluto e na gestão do individualismo moderno que a expressão *viver em sociedade* foi ressignificada. As sociabilidades são, portanto, um fazer histórico marginal ao que era entendido até então como lugar da política: o Estado.

Porém, como categoria de análise, apesar de ter sido pensada com muito anterioridade por George Simmel, já nos anos trinta, ela só foi assimilada bem mais tarde. A hegemonia da sociologia estrutural e cientificista fez com que as inquietações de Simmel fossem ignoradas. Foram necessárias as fraturas epistemológicas dos anos sessenta/setenta para que a percepção ocorresse.

Maurice Agulhon, em final dos anos 1960, foi pioneiro ao utilizar o conceito, apesar de reconhecer não ter estabelecido um aprofundamento teórico. Ou seja,

foi da análise de determinadas experiências históricas — a sociabilidade das confrarias e associações na França do século XVIII — que o autor extraiu a prática de se associar de forma autônoma ao Estado, o que passou a chamar de sociabilidade. A partir de Agulhon, o conceito adquiriu relevância na comunidade historiadora, mesmo que tenha perdido a dimensão social original. Ou seja, tornou-se em si uma categoria social de análise¹⁷.

As experiências do pós-doutoramento

Além do doutoramento (1989–1991) em Paris, tive ainda duas outras experiências no exterior, com pós-doutoramento. Uma foi em 2007/08 em Paris e outra em 2013/14 em Lisboa. Em ambas o tema dos estudos foi sobre futebol e política.

Em Paris, desenvolvi um trabalho sob a supervisão do Dr. Patrick Mignon, pesquisador e diretor do Laboratoire de Sociologie du Sport do INSEP-Institut National du Sport, de l'Expertise et de la Performance.

Propus um projeto que estudasse o futebol na ótica do processo de globalização. Vinha na esteira de estudos que fazia. Meu interesse era discutir não tanto a questão esportiva ou econômica da globalização no esporte, mas a questão política. Mais especificamente, a atuação dos órgãos governativos do futebol — como a UEFA e FIFA — e os estatais, como os governos nacionais europeus e o Parlamento Europeu.

O objetivo do projeto era estudar a relação entre futebol e sociedade no contexto das transformações globais ocorridas em países da Comunidade Europeia, entre o final dos anos 1980 e início de 2000. Delimitava-se a pesquisa ao período em se que vivenciou pelo menos dois processos globais que impactaram e transformaram as sociedades como um todo: o fim da guerra fria com a desorganização do bloco socialista liderado pela então URSS e a forte expansão capitalista, exaustivamente denominada pela literatura como “globalização”.

¹⁷ RIBEIRO, Luiz Carlos. “A sociabilidade na narrativa histórica”. In: DORÉ, Andrea. RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.) O que é sociabilidade? São Paulo: Intermeios, 2019.

As transformações ocorridas desde o final da década de oitenta, em todo o mundo, haviam promovido mudanças estruturais nos Estados e em todas as sociedades. Considerando-se o futebol europeu como política e economicamente o mais importante nesse período, o interesse específico era analisar a relação entre sociedade e futebol, tendo como referência as transformações estruturais imposta pela mundialização naquela sociedade. Nesse sentido, o marco teórico do início de nosso estudo — 1985 — justificava-se não apenas pela explosão de significativas mudanças na Europa e no mundo no final dessa década, como pela intensa preocupação nas várias instâncias governamentais com a questão da violência no futebol, propondo-se a estabelecer um maior controle sobre as suas atividades.

Apesar de as transformações terem ocorrido de forma global, o estudo centrado na experiência do futebol europeu adquiria relevância, pois, mesmo considerando a importância do futebol latino-americano, é indiscutível que o comando do futebol global na atualidade é europeu.

Durante minha estadia, acompanhei dois seminários sobre esportes. Um coordenado por Patrick Mignon, com a participação de vários convidados. Outro sobre *Sports, cultures et sociétés en Europe au XX^e siècle*, sob a coordenação de Patrick Clastres (Directeur du Centre d'études olympiques & de la globalisation du sport e Chercheur associé au Centre d'histoire sociale des mondes contemporains, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne) e de Paul Dietschy (Université de Franche-Comté).

Particpei ainda das reuniões do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC/EHESS-École des Hautes Études en Sciences Sociales), onde ocorreram discussões envolvendo pesquisas diversas sobre o Brasil. Nesses três espaços, apresentei comunicações, expondo resultados parciais de minha pesquisa.

Durante essa estadia, fui convidado pelo Dr. Stefan Rinke para participar de um colóquio no Lateinamerika-Institut, da Freie Universität Berlin, Alemanha. O evento ocorreu em final de 2007.

O estágio de um ano em Paris me permitiu não apenas atualizar as minhas leituras e ampliar o diálogo com pesquisadores internacionais sobre futebol e

política, futebol e globalização, como levantar uma série de documentos que resultaram em publicações diversas na sequência.

Minha segunda vivência de estágio de pós-doutorado ocorreu em 2013/14, quando igualmente apresentei um projeto sobre um estudo social e político do futebol. Dessa vez foi no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal, sob a supervisão do Dr. José Manuel Sobral. O estágio de pós-doutoramento contou com bolsa integral da CAPES.

O ponto de referência de meu projeto era o fato de Portugal se constituir no principal mercado comprador de jogadores de futebol brasileiros. Apesar de ser, do ponto de vista esportivo e financeiro, um mercado pequeno, era (ainda é) nosso principal comprador. Como o Brasil é um dos maiores exportadores de jogadores de futebol do mundo, o mercado português ganha mais especificidade. Interessava-me o fato de Portugal ter se tornado o principal parceiro brasileiro na transferência de jogadores para o mercado mundial.

Foi uma vivência muito rica, com participação em seminários e simpósios. Pude realizar pesquisa no Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol de Portugal e na Federação de Futebol de Portugal, realizando diversas entrevistas com jornalistas, dirigentes esportivos e atletas brasileiros radicados em Lisboa e região.

Objetivava tomar o mercado português como referência para análise das transformações no sistema de circulação internacional de jogadores de futebol. Mudanças estas imbricadas tanto nos movimentos macroeconômicos e políticos mundiais como, no caso português, com o ingresso de Portugal na União Europeia (1986), na União Econômica e Monetária (1999), bem como seu crescimento econômico (década de 90) e a estagnação, em especial depois da crise de 2008.

Passei a perceber como Portugal havia se tornado uma espécie de porto seguro e de “plataforma de lançamento” de brasileiros para a Europa. E, claro, contando com a convivência e interesse financeiro de parceiros lusos. O objetivo final da migração — em especial no caso do jogador de futebol — não era Portugal, mas usá-lo como porta para mercados mais ricos, como Espanha, Itália, Alemanha,

Franca e Inglaterra. Um caso claro de repatriamento, como reportou Joaquim Evangelista, presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais em Portugal e um de meus entrevistados:

O que é grave é que há grupos identificados a promover isso, agentes que trazem oito, nove, dez jogadores, colocam-nos num local em condições desumanas e há clubes que são coniventes com essa realidade. O negócio, vamos ser claros, é a realização de uma transferência. [...]

Estou a falar das ligas profissionais também, os jogadores quando são transferidos são normalmente para clubes de patamares superiores, há pessoas nesse nível que pactuam com isto, fazem parte da cadeia. [...] Diria que, por cada caso que é identificado, haverá 100 ou 200 que não o são. [Em síntese] há uma rede organizada de tráfico de jogadores de futebol em Portugal (EVANGELISTA, 2015).

Uma de minhas convivências foi com a Casa do Brasil em Lisboa, associação dirigida por brasileiros e portugueses que atende a migrantes brasileiros. Essa aproximação me levou a estender a análise da questão específica do jogador para a geral do imigrante. Ou seja, o jogador emigrante, na sua maioria semiamador e que migra muitas vezes em condições irregulares, apesar da especificidade da sua força de trabalho, é um migrante. Ou seja, o sistema futebolístico tem a sua autonomia e especificidade, mas não pode ser analisado descolado dos processos políticos gerais, tais como a questão migratória, do mercado de trabalho, da economia etc. A circulação intensa de jogadores brasileiros — regular ou irregular — no mercado internacional está diretamente relacionado ao afrouxamento das barreiras comerciais e à desterritorialização de capital, tecnologia e mão de obra, que caracteriza a globalização.

Chamou-me a atenção o peso que a imagem do brasileiro como jogador de futebol tem em Portugal. Uma representação construída tanto pelo cidadão português como pelo próprio migrante brasileiro, da imagem de um “corpo brasileiro”, marcada por uma corporalidade sensual, flexível, doce, malandra, enfim, feliz. Valores quase sempre associados à ginga do jogador de futebol e ao “jogo de cintura” das prostitutas brasileiras. (MACHADO, 2009:177)

Mercado irregular de jogadores

A partir das leituras realizadas e da documentação coletada em arquivos de sindicatos de jogadores e entidades esportivas, em entrevistas diversas,

desenvolvi um projeto de pesquisa e o apresentei ao CNPq em 2016, pelo edital da Chamada Universal e tive a sua aprovação.

Com os recursos obtidos, pude então retornar a Portugal em missão de trabalho, ampliando as minhas fontes. A proposta, agora, era mais específica. Meu objeto não era a circulação do jogador profissional, que em geral sai do Brasil com contrato de trabalho definido, mas a de sujeitos que, na lógica do processo migratório, eram irregulares.

Enquanto a pesquisa até então estava voltada para o mercado de jogadores de futebol brasileiros em Portugal, agora era mais específica. Interessava analisar o mercado “irregular” de jogadores de futebol brasileiros em Portugal.

O projeto não objetivava o mercado de jogadores profissionais, mas a massa de pessoas comuns — na sua maioria muito jovem — que se submete às péssimas condições da imigração ilegal, de forma consciente ou ludibriados por agentes mediadores, na busca do sonho de seguir carreira no mercado internacional do futebol. Por isso a insistência na expressão “mercado irregular” de jogadores brasileiros de futebol em Portugal.

Objetivava mapear e analisar a franja subterrânea da transferência irregular ou mesmo ilegal para Portugal que envolve atletas amadores brasileiros. Fenômeno este que, pela sua informalidade, extrapola o campo esportivo e se inscreve no contexto do fluxo migratório internacional de pessoas comuns. A maioria desses meninos ou jovens invariavelmente inicia a empreitada de transferência para o mercado internacional de futebol fora dos padrões minimamente regulares — tais como as “escolas de formação”, os clubes formadores de atletas e os agentes legais — e têm como característica migratória o envolvimento com uma rede familiar/amigos ou de agentes inescrupulosos, alguns até mesmo agenciadores legais. E mais, conta com a conivência dos clubes profissionais, que eventualmente podem se beneficiar da aquisição de atletas introduzidos de forma irregular no mercado europeu. É reconhecidamente uma prática irregular — em algumas situações ilegal e criminosa, pois envolve tráfico de vulneráveis — conhecida pelas entidades esportivas (CBF, UEFA, FIFA), mas tratada como normal no processo de mercantilização de trabalhadores esportivos, numa economia global e neoliberal.

A tese defendida, portanto, é de que há uma linha tênue entre a circulação regular de jogadores — já profissionais — e a circulação irregular, na sua maioria amadores que se aventuram em propostas arriscadas e que, na maior parte das vezes, são enganados. Como acontece, aliás, com a massa dos migrantes comuns. É essa distinção quase imperceptível entre o regular/legal e o irregular/ilegal que dificulta a pesquisa. Atenuada pela cumplicidade entre os agentes envolvidos, a evidência do irregular/ilegal se dissimula com facilidade.

E há ainda mais um fator subjetivo nessa prática, que é transferir o sucesso da empreitada à qualidade individual do jogador. Ou seja, se o projeto de carreira fracassa — como ocorre com a maioria —, é tratado como um problema individual, atribuído exclusivamente ao atleta, no qual o sistema — composto por agentes, dirigentes de clubes e de entidades — se exime de responsabilidade, inclusive a de atender ao atleta, que invariavelmente é abandonado no estrangeiro e sem recurso para retornar ao seu país.

No decorrer da pesquisa, entrei em contato com uma literatura especializada, o que me fez alterar o termo “ilegal” — original no projeto — para “irregular”. A opção pelo termo “irregular” é porque a situação do migrante pode contemplar não apenas uma condição provisória de indocumentado — às vezes uma mera burocracia dos órgãos oficiais —, como também possibilita interpretá-la como um fenômeno social e não meramente criminosa e socialmente marginal. Por sua origem, o termo “ilegal” configura uma ação criminosa. Ou seja, uma expressão que criminaliza *a priori* a situação do migrante.

A mudança foi relevante, pois consolidou uma perspectiva de não só não partir de pressuposto da situação do indocumentado como ilegal — no sentido de criminosa —, como explicitou a tênue relação existente entre o regular e o irregular no fluxo de pessoas. Afinal, o fenômeno da migração é resultado de uma política global de flexibilização e desterritorialização de capitais, tecnologias e, também, de mão de obra. No caso do fluxo de jogadores isso é muito claro.

A complexidade era que se a migração comum, sobretudo a de caráter laboral e econômica — a busca de um mercado de trabalho melhor —, é bastante analisada nos estudos acadêmicos e mesmo nos realizados por órgãos estatais, a especificidade do mercado de trabalho do jogador de futebol não profissional é pouco estudada ou até mesmo ignorada, tanto pelos estudos das ciências

sociais quanto pelas agências estatais, seja do governo brasileiro, seja do português.

Do ponto de vista das entidades esportivas – FIFA-Fédération Internationale de Football Association, UEFA-Union of European Football Associations, FPF-Federação Portuguesa de Futebol e CBF-Confederação Brasileira de Futebol — , as críticas aos negócios irregulares de jogadores de futebol, alguns dos quais envolvendo tráfico de menores, não saiu do plano moral e discursivo. Foram raros os casos de punição a clubes de futebol por conta da prática do comércio irregular de jogadores e não se criaram mecanismos efetivos que coibissem a prática. Ao contrário, a própria FIFA instituiu uma legislação para facilitar a circulação comercial de jogadores menores de idade, dissimulando a irregularidade da circulação de jogadores no mercado internacional.

Apesar de se manifestar contrária à mercantilização de atletas menores de 18 anos, o regulamento da FIFA abre uma condição excepcional: “Se os pais do jogador se instalarem no país do novo clube, por razões estranhas ao futebol” (FIFA, 2014:22). Ou seja, ao invés de agir no sentido de coibir as transferências de menores de forma incisiva, a entidade legitima uma das formas mais utilizadas pelo mercado irregular de jogadores menores, que é usar a contratação dos pais por alguma empresa comercial ligada aos dirigentes do clube ou a agentes envolvidos no negócio, viabilizando desse modo a transferência do atleta menor.

Isso se deve à própria lógica liberal e flexível do mercado de jogadores, marcada pela incerteza do negócio, dada a instabilidade da principal mercadoria, o sucesso esportivo do atleta.

Da parte dos órgãos estatais, constata-se igualmente um grande silêncio sobre as práticas irregulares. Apesar das diversas denúncias na imprensa e do reconhecimento informal do problema, pouca ação tem sido realizada para exercer um controle mais efetivo.

A impressão que fica é de certa conivência por parte das autoridades, próprio de uma ideologia neoliberal, que aceita que a “seleção natural do mercado” resolva o impasse entre as centenas de atletas que circulam fragilizados e sem as mínimas garantias de estabilidade. Essa atitude estaria também respaldada na

utopia da autonomia do campo esportivo, onde os instrumentos de controle público não devem intervir.

Uma dessas evidências — no caso dos nossos estudos específicos da relação entre Portugal e Brasil — é a ausência na documentação pública do SEF-Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, de Portugal, com referência à prática irregular na utilização de jogadores de futebol — brasileiros ou de outras nacionalidades estrangeiras — no mercado esportivo português.

Como um órgão regulador do fluxo de pessoas estrangeiras em território português, o SEF se preocupa com diversas modalidades de crimes (RIFA-Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo), mas não dedica qualquer linha para o caso das irregularidades no campo futebolístico, como é o caso da presença ilícita de jogadores estrangeiros em solo português.

Realizei insistentes contatos com o SEF, inclusive com visita presencial em uma de suas sedes em Lisboa, em 1918, mas não houve interesse desse órgão em disponibilizar qualquer informação sobre o tema. É sabido pela imprensa que o SEF tem realizado investigações e mesmo punido judicialmente alguns clubes — amadores e profissionais —, mas a entidade se recusa a fornecer maiores detalhes sobre essas ações. O mesmo se dá em relação ao meio acadêmico português, que tem diversos estudos a partir dos dados levantados pelo SEF — como, por exemplo, estudos voltados à mulher (violência familiar, prostituição etc.), criminalidade relacionada a imigrantes —, mas nenhuma referência a respeito do mercado irregular de jogadores estrangeiros em Portugal. Isso revela tanto uma mancomunação passional com o fato de os clubes nacionais se beneficiarem dessa oferta abundante e barata de jogadores quanto o desinteresse com o tema “futebol”, ainda considerado sociologicamente irrelevante.

Restam, portanto, as denúncias presentes nos principais jornais e sites esportivos ou policiais a respeito da prática irregular de circulação de jogadores brasileiros no mercado português. Contudo elas são frágeis e pouco conclusivas.

Em 2014 já havia realizado uma longa visita à Federação de Futebol de Portugal, nas proximidades de Lisboa, onde, apesar de ter sido bem recebido, ficou claro — assim como acontece com outras entidades esportivas — o desinteresse em

analisar com profundidade o problema. Ele é reconhecido, mas definido como exceção, típico de alguns poucos agentes inescrupulosos e fora do mercado profissional. Notícias divulgadas pela imprensa revelam que isso não é verdade. Sem dúvida, a prática é mais rotineira entre os clubes amadores, porque nesse caso existe um menor controle oficial, mas esse circuito serve de espaço para a seleção de jogadores (no jargão esportivo “peneira”), sendo o principal destinatário e beneficiário dessa mão de obra os grandes clubes profissionais.

Como explicitado no projeto original, dada a fragilidade de fontes oficiais, colocamos como necessária a produção de documentos que nos permitissem tirar conclusões mais elaboradas. Para tanto, em 2018 realizei uma “missão de trabalho” para levantar material para a pesquisa. Estive, dias 22 e 23 de maio, em Lisboa, onde visitei o SEF-Servido de Fronteira e Estrangeiros, a Casa do Brasil de Lisboa e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF), realizando entrevistas com dirigente de clube, jornalistas esportivos e atletas. Assim como estive em Paris pesquisando em arquivos do CNRS-Centre National de la Recherche Scientifique, do Centre Georges-Pompidou, da Universidade Paris Nanterre, da Union Nationale des Footballeurs Profissionais e do Foot Solidaire. Essas visitas resultaram tanto na ampliação de material bibliográfico¹⁸ e documentação original quanto em novas entrevistas.

Exceto a entrevista com o presidente do SJPF, as demais foram frustrantes em relação ao aprofundamento da análise das irregularidades que ocorrem no mercado irregular de futebol. Os jornalistas acabaram reiterando o que se encontrava nos jornais, confirmando a prática de mercado irregular de jogadores e a tese de que os clubes amadores em Portugal eram a porta de entrada de jogadores brasileiros para o restante do mercado europeu.

A entrevista com um dirigente esportivo, um dos poucos que aceitou falar sobre o assunto, foi lacônica — ele praticamente repetiu o regulamento oficial do futebol amador. Afirmou ter algumas informações sobre práticas irregulares no futebol português, mas se recusou a comentá-las.

¹⁸ A produção francesa sobre o mercado irregular de jogadores, sobretudo de africanos, é muito rica.

Não foi diferente em relação aos atletas entrevistados. Todos brasileiros com experiência no exterior — alguns foram entrevistados em Portugal; outros, no Brasil. Quase todos afirmaram saber da existência de práticas irregulares no mercado futebolístico, mas que nada de anormal teria ocorrido consigo. Ao contrário, muitos colocavam ainda a perspectiva de um contrato com algum clube europeu. Alguns já haviam circulado por vários clubes amadores ou ligas profissionais inferiores na Europa. Situação muito parecida com a dos atletas entrevistados no Brasil, recém-retornados do estrangeiro.

O que ficou evidente nessas entrevistas com jogadores foi a negativa em assumir o fracasso ou o limite de suas carreiras, se comparado com o projeto inicial de se projetarem em um grande clube europeu. Não admitiram terem sido ludibriados em relação a promessas de contratação. Muito provavelmente essa manifestação lacônica deve-se tanto à negativa em assumir o fracasso de seu projeto migratório quanto à expectativa de ainda conseguir um espaço no mercado profissional, como também a tendência de introjetar a responsabilidade da culpa do fracasso como sendo pessoal. Como se o sistema esportivo lhe tivesse dado todas as oportunidades, mas ele individualmente fracassou.

O fato é que, exceto um entrevistado, já aposentado como jogador, todos os outros permaneciam na expectativa de ainda realizar uma carreira de sucesso no futebol. São vítimas da “seleção natural” do processo.

A organização de brasileiros no estrangeiro

À medida que aprofundava minhas leituras sobre a situação irregular de jogadores brasileiros no mercado internacional, tomei contato com novos desafios. De um lado, a fragilidade da documentação que havia levantado sobre o mercado irregular de jogadores. Nenhum dos agentes envolvidos mostrou interesse em depor sobre os meandros dos negócios irregulares que envolvem o futebol. O máximo que afirmavam é que tinham notícias vagas da exploração de atletas, mas sem fornecer maiores dados. O mesmo ocorre em relação às entidades dirigentes do futebol, desde FIFA, UEFA, FPF (Portugal) e CBF (Brasil) até os dirigentes de clubes. Não é diferente em relação às autoridades estatais, tanto em Portugal quanto no Brasil.

Outro fator é que, à medida que aprofundava a análise das fontes e da literatura, me convencia da necessidade de estudar mais a questão migratória geral, na qual se insere a situação específica dos jogadores de futebol.

Concomitantemente, surgiram elementos institucionais que me fizeram direcionar meus estudos para a temática das migrações. Havia a solicitação da minha Linha de Pesquisa (PPGHIS/UFPR) no sentido de envolver meu projeto no corpo maior das pesquisas da Linha e mesmo minhas orientações. A Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades do PPGHIS/UFPR tem uma tradição em estudos sobre migração.

A construção dessa perspectiva de trabalho permitiu que me aproximasse da Cátedra Sérgio Vieira de Mello ACNUR/UFPR, do Programa Política Migratória e Universidade Brasileira/PMUB e do Projeto Refúgio, Migração e Hospitalidade, na UFPR, em parceria com os doutores José Antônio Peres Gediel (Direito/UFPR) e Márcio de Oliveira (Sociologia/UFPR). Participei de seminários e colóquios do grupo, o que me permitiu ampliar a minha pesquisa sobre a questão migratória para além do campo futebolístico.

Assim, de forma complementar, até porque o material empírico, teórico e bibliográfico era recorrente, abri duas frentes de pesquisa: uma já em curso, relacionada à circulação irregular de jogadores, e outra sobre a emigração de brasileiros no mundo.

Sobre essa última, ampliei o recorte espacial — brasileiros na Europa e nos EUA —, mas delimito a análise às formas de sociabilidades dos brasileiros no estrangeiro, um tema ainda pouco explorado nos estudos sobre migrantes.

A escolha dessa proposta, ainda em fase inicial de estudo, foi motivada pelas pesquisas realizadas no MRE-Ministério das Relações Exteriores. Apesar de desatualizado, há no MRE um bom acervo documental sobre as formas de organização de brasileiros no exterior, em especial entre os anos 1990 e 2010. A partir dessa documentação, realizei um levantamento de documentos de várias associações, além da documentação produzida pelo CRBE-Conselho de Representantes de Brasileiros no Estrangeiro, criado em 2010 e extinto em 2019, que resultou em uma publicação.

Como resultado desse trabalho e contando com o apoio financeiro do CNPq, organizei em 2020, em parceria com o Dr. Márcio Oliveira, uma coletânea intitulada “Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais”.

A organização dessa obra permitiu a troca de correspondência com autores nacionais e de diversas nacionalidades estrangeiras. O objetivo era buscar uma atualização do debate sobre o processo migratório global. Para isso foi relatada, além da experiência brasileira contemporânea da e/imigração, também a situação na Alemanha, na Grécia, em Portugal, em regiões de fronteiras (México e Guatemala), na especificidade transitória dos migrantes em Calais, na França, e nas migrações Sul-Sul tendo o Equador como referência, assim como diversos recortes teóricos como a questão da solidariedade, da compreensão liberal e não crítica que predomina na gestão internacional da migração. Enfim, como afirmado na introdução do livro, “uma obra que não é a justaposição finita das experiências ímpares das migrações, mas que nos fala da infinitude das sociedades em movimento”¹⁹.

Nessa publicação, após historiar a fuga contemporânea de brasileiros nos últimos 40 anos, o meu artigo levanta algumas questões originais, como a complexidade que são as organizações sociais de brasileiros no exterior. Ou seja, se, por um lado, são claros os limites do pensamento liberal que define o migrante ora como úteis e aceitos e ora como indesejáveis, por outro, a matriz marxista tradicional, ao apontar as profundas desigualdades sociais no globo como causa migratória, corre o risco de soterrar de estruturas os sujeitos migrantes, silenciando sobre as suas formas de auto-organização, como são, por exemplo, as associações que analisamos.

O foco foi descrever essas práticas de auto-organização dos brasileiros no exterior procurando me despojar de apriorismos que os veem ora como vítimas de um sistema, ora como agentes revolucionários e plenamente conscientes de si.

¹⁹ RIBEIRO, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Márcio (Orgs.). *Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais*. São Paulo: Intermeios, 2020.

Esse acúmulo de leituras e de levantamento de documentos permitiu que eu esboçasse um novo projeto, com que pretendo nortear as minhas pesquisas futuras. Ou seja, a intenção é prosseguir na análise das formas de sociabilidades dos brasileiros no exterior. Parto do pressuposto de que o associativismo entre brasileiros que vivem no estrangeiro vem passando por mudanças significativas nos últimos dez ou quinze anos. Pelo menos dois elementos inter-relacionados caracterizam essas transformações.

O primeiro é a própria dinâmica temporal das emigrações. Elas tiveram o seu ápice entre os anos 1990/2010 e hoje continuam ainda significativas, mas não configuram mais um *boom*. Os fatores do êxodo são a insegurança social e econômica do Brasil, os mesmos que explicavam as saídas do início do ciclo. Porém, nos últimos dez/quinze anos, as condições objetivas dos migrantes sofreram alterações. Alguns já se encontram de algum modo integrados, mesmo que a maioria na condição de cidadãos secundários, ocupando funções subalternas, mal remuneradas e “sujas”, em ramos como construção civil, abastecimentos, transportes públicos ou hotelaria e atuando como babá, operários na construção civil, entregadores, faxineiros, auxiliares de cozinha, motoristas, zeladores, jardineiros, dentre outros. Ou seja, bem ou mal, um número significativo encontra-se, mesmo que precariamente, integrado nas sociedades receptoras.

Como também há já uma segunda ou mesmo terceira geração, cujas demandas sociais são diversas daquelas que fundaram, nos anos noventa, a maior parte das associações de brasileiros no exterior.

Do mesmo modo, os que migram hoje têm referências que eram inexistentes há vinte ou trinta anos, o que elimina em boa parte a insegurança da imigração, apesar de ela permanecer. Refiro-me ao fato de vários países reconhecerem a migração como um fenômeno que deve ser pautado como uma política social e não simplesmente reprimido de forma policial. Longe de qualquer ingenuidade no que se refere ao tratamento duro e desigual imposto ao sujeito migrante, é inegável a iniciativa de governos como os da Europa Central, dos Estados Unidos ou do Japão, por exemplo, divulgando orientações (guias) de como migrar de forma legal. É claro que essas iniciativas visam tanto a seletividade, pois os critérios de ingresso são difíceis de serem atingidos pela

maioria dos que pretendem migrar, quanto, reconhecendo a imigração como uma necessidade efetiva do mercado de trabalho, procurar evitar que ela se transforme em um grave problema social com os indocumentados e irregulares.

Outro fator é a mudança significativa do reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, do emigrante brasileiro como um problema social. No governo Lula (2003-2011), as relações com as associações de brasileiros no exterior podem ser consideradas positivas, culminando em 2010 na criação do CRBE. Porém, a partir do segundo mandato de Dilma Rousseff (2014-2016), marcado por uma grave crise econômica e sobretudo política, as relações entre o governo e as entidades civis de brasileiros no estrangeiro se deterioraram.

O ápice desse processo de desgaste deu-se na gestão de Jair Bolsonaro, a partir de 2018. Uma das primeiras ações desse governo foi encerrar as atividades dos conselhos civis, entre eles o CRBE. O encerramento das atividades do CRBE enfraqueceu um discurso minimamente unificado de representação dos emigrantes brasileiros. Algumas associações e líderes encerraram as suas atividades ou mudaram significativamente o seu trabalho associativo. O CRBE era, bem ou mal, uma ferramenta que canalizava o discurso das lideranças, agora isoladas.

A hipótese que levantamos é de que nesse interregno — entre 2015-2020 — houve uma transformação no associativismo de migrantes brasileiros. Desde a sua criação, o CRBE teve uma série de problemas de instalação, com recorrentes disputas entre as lideranças do movimento e conflitos com o governo brasileiro, mas era, junto com algumas associações e líderes, a referência e a face visível dos emigrados brasileiros.

Calada a voz dos dirigentes do CRBE, instalou-se um certo vázio de representação. Como evidência preliminar, muitas associações encerraram suas atividades ou amplificaram as suas finalidades. Levantamos a hipótese de que muitas associações de brasileiros deixaram de ser “de imigrantes” e se transformam em “étnicas” ou com finalidades políticas amplas, como a defesa dos imigrantes em geral (transnacionais) e defesa de direitos cidadãos (como a representação nos poderes locais, defesa dos direitos das mulheres etc.).

Isso significa que há uma evidente mudança no perfil da representação dos migrantes brasileiros, em que as formas tradicionais de associações, gestadas em sua maioria no ápice da imigração brasileira (anos 1990-2010), deixaram de existir ou se transformaram, e novas representações estão sendo constituídas.

Os estudos atualizados preliminares sobre essas formas de sociabilidade dão sinais claros de mudanças, inclusive com o surgimento de outras formas de representação e/ou de facilitação de ingresso de brasileiros no estrangeiro, como as igrejas — com ênfase às pentecostais —, os *youtubers* e influenciadores digitais, muitas vezes com um discurso empreendedorista — como a teologia do progresso, entre igrejas pentecostais — de aproveitar as oportunidades do mercado.

Extensão e encargos acadêmicos

Na minha trajetória de quase trinta anos na Universidade Federal do Paraná, exerci vários cargos administrativos, coordenação de grupo de pesquisa e chefias, algumas das quais passo a comentar.

Como já destaquei a área da pesquisa, recorto aqui o ensino e a extensão. No ensino, trabalhei basicamente com quatro disciplinas na Graduação: Teoria da História, Historiografia Brasileira, História Contemporânea e História do Brasil República. Na pós-graduação, além das disciplinas obrigatórias de orientação de Dissertação e Tese (Seminário), ofertei programas ora relacionados ao debate teórico, ora aos meus temas de pesquisa.

Nesse percurso, em 2003, junto com alunos da pós e da graduação, criei o Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade, do qual passei a ser o coordenador. O Núcleo, sob a minha coordenação, organizou uma página própria na internet, no facebook e realizou uma série de eventos, locais e nacionais, alguns com a presença de convidados estrangeiros. Um dos mais relevantes foi o Ciclo de Debates “O Futebol nos Tempos do Condor”, realizado em 2013. Foram convidados vários palestrantes e exibida a série documental “Memórias do chumbo: o futebol nos tempos do Condor”, do Diretor Lúcio de Castro, que participou do último encontro. Outra atividade de destaque foi a série “Memória do futebol paranaense, em que realizamos entrevistas com jornalistas e dirigentes de torcidas organizadas. O núcleo constituiu-se como Grupo de Pesquisa Futebol e Sociedade, com registro na PRPPG/UFPR e no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

De 2016-2021, fui coordenador da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades, do PPGHIS/UFPR, tendo assumido, nesse período, como líder do Grupo de Pesquisa Espaço e Sociabilidades junto ao CNPq.

Na extensão, como decorrência de minhas pesquisas, tomei conhecimento em 2012 da existência de um rico acervo documental sobre o esporte brasileiro, que se encontrava, de longa data, encaixotado nos porões do DEAP-Departamento Estadual de Arquivo Público, em Curitiba.

Tratava-se do acervo do CRD-Conselho Regional de Desporto, criado em 1941 e existente até 1985. Eram quase 170 caixas de material, compreendendo mais de sete mil documentos, os mais diversos.

Elaborei um projeto extensionista em parceria com o DEAP, com o objetivo de promover uma descrição arquivística do acervo. Ou seja, identificar, classificar e disponibilizar o material aos pesquisadores nas mais diversas áreas do conhecimento, bem como ao público em geral, de acordo com as normas e procedimentos técnicos do DEAP. Conteí para isso com a colaboração de alunos de graduação (bolsistas e voluntários) e de pós-graduação.

A proposta tinha uma dupla finalidade. A primeira era preparar a documentação no sentido de permitir o seu acesso a pesquisadores e público em geral. A segunda, própria de um projeto de extensão, era possibilitar aos alunos de graduação e pós dos cursos de História e de Educação Física um treinamento técnico em arquivística. Consegui bolsas para os alunos da graduação junto à UFPR e estabeleci uma parceria com o Projeto Inteligência Esportiva, coordenado pelo Dr. Fernando Mezzadri (UFPR), com verbas do Ministério dos Esportes.

O projeto estendeu-se entre 1912 e 1919, mas infelizmente, por problemas político-burocráticos da parte do DEAP, não foi concluído como esperado. De todo modo, o trabalho de organização do acervo foi significativo, tendo resultado na produção de uma dissertação de Mestrado, em uma monografia de conclusão de curso e em um artigo no periódico científico *Acervo*, da Biblioteca Nacional²⁰.

Outra atividade em que tive muita satisfação de trabalhar foi a Coordenação do PET, logo na sua implantação no Departamento de História. Coordenei por dois anos um grupo de quase 20 alunos — entre bolsistas e voluntários — realizando projetos individuais e coletivos, tanto de pesquisa quanto de extensão. Ao final do curso, um número significativo desses alunos estava cursando o Mestrado na UFPR ou em outras universidades.

²⁰ RIBEIRO, Luiz Carlos, GONÇALVES, Maria da Graça S.; ROCHA, Solange de O.; AYRES, Gilberto M. Descrição arquivística do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná. *Acervo*. Rio de Janeiro. Vol. 27, n. 2, jul./dez. 2014.

Exerci vários encargos administrativos, dentre os quais destaco a chefia do Departamento de História e a Coordenação e Vice-Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, respectivamente, em 2003–2005 e 2005–2007.

Mas o mais trabalhoso foi a direção da Editora da UFPR, na gestão do Reitor Carlos Antunes dos Santos, entre 1998–2002. Éramos, na gestão da Reitoria, um grupo político que tinha o DNA dos anos oitenta/noventa, aquele do “Movimento dos Professores”, do período da redemocratização. Alguns eram remanescentes, como o próprio Carlos Antunes (Reitor), o Mário Pederneiras (FUNPAR) e Maria José Justino (PROEC). Além de Diretor da Editora, eu tinha uma participação informal como assessor político junto à Reitoria. Da minha gestão junto à Editora, eu destacaria a introdução de uma política de periódicos na UFPR. Desenvolvemos um programa de otimização dos recursos destinados à publicação de periódicos científicos, chegando ao final da gestão com todos em dia, viabilizando a indexação deles em bancos internacionais. Até hoje o modelo é vigente.

Pude também estabelecer um sistema de parceria na edição de livros, como com a Fundação O Boticário e com a Imprensa Oficial do Estado Paraná. Apesar da crise crônica que vivia a Universidade, naqueles difíceis anos neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso, de cortes drásticos nos recursos, consegui duplicar o catálogo da Editora e aumentar significativamente as vendas. A modernização na administração e as parcerias de editoração foram decisivas nesse sentido.

Inaugurei, em 2001, uma livraria moderna — com financiamento do Banco do Brasil —, inserida num projeto de espaço cultural do Prédio Histórico da UFPR, em pleno centro da cidade. Em 2002, organizei a 1ª Feira Universitária do Livro. Organizada anualmente, a Feira faz parte hoje do calendário cultural da cidade de Curitiba e região.

Muito provavelmente, desse trabalho resultou a minha indicação, por duas gestões consecutivas, para a função de Secretário da ABEU-Associação Brasileira de Editoras Universitárias, cargo que só deixei em função do fim do mandato na Editora.

Perspectivas

Nesses trágicos últimos anos, contaminado tanto pelo surto da pandemia quanto por uma grave crise política, que afeta diretamente a Universidade Pública em toda a sua dimensão, permanece em mim a perspectiva de continuar ensinando e pesquisando. Estou atualmente com seis orientandos de doutorado e um de mestrado, todos sob um guarda-chuva temático de Estado e movimentos sociais no Brasil Contemporâneo.

A perspectiva é investir no projeto sobre o fluxo de saída de brasileiros para o estrangeiro, com ênfase no estudo atualizado – desde a crise política brasileira dos anos 2013/16 – sobre as suas formas de representação no exterior.

Referências

- APUFPR-SSind. *50 Anos de História*. Fascículo 2. Curitiba, junho de 2010.
- AUGUSTO, Maria H. Oliva. *Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BAPTISTA, Kátia Aparecida. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 2010, 37.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.
- DE HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. História, historiador e identidade profissional. Sobre a história do Curso de História da Universidade Federal do Paraná. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), 2014, 27.54: 295-315.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil, Ensaio de Interpretação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, 2004, 24.47: 29-60.
- CHALHOUB, Sidney; DA SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos ael*, 2009.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Entre “tornar-se historiador” e “ser orientadora”: a narrativa epistolar de Carlos Roberto Antunes dos Santos a Cecília Westphalen (1974-1976). *História Unisinos*, 2018, 22.4: 685-696.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, 2016, 9.22.
- MACHADO, Daiane Vaiz. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista, 2016.
- MACHADO, Igor J. de Renó. *Cárcere público*. Processos de exotização entre brasileiros no Porto. Lisboa: ICS-UL, 2009.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. Em toda e em nenhuma parte. In *Textos Escolhidos, Os Pensadores*, Vol. XLI. São Paulo: Editor Victor Civita, 1975.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Zahar, 2014.

- PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930* documentos. Vol. 1 O movimento operário. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1979.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimentos, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Luiz Carlos, *Memória, trabalho e resistência: Curitiba, 1890-1920*. São Paulo, 1985. 264 p. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo.
- SCATOLIN, Fábio Doria. In Memorian de Francisco de Borja Magalhães Filho. *Economia & Tecnologia*. Ano 06, Vol. 22 - Julho/Setembro de 2010.
- SZMRECSANYI, T. (2001). Celso Furtado. *Estudos Avançados*, 15(43), 347-362.



Luiz Carlos Ribeiro


Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5216468986191886>

ID Lattes: **5216468986191886**

Última atualização do currículo em 11/08/2021

É professor da Universidade Federal do Paraná desde 1994. Possui mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1985) e doutorado em História pela Université de Paris III (1991). Desenvolveu programa de pós-doutorado em 2007/2008 junto a EHESS-École des Haute Études en Sciences Sociales (Paris/França), e em 2013/2014 junto ao Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa. Coordena o Grupo de Estudos "Futebol e Sociedade" (PGHIS/UFPR). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Republicano, História Social e Política Contemporânea e em História Social e Política do futebol. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Luiz Carlos Ribeiro
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO, L. C.;RIBEIRO, L.C.;RIBEIRO, LUIZ CARLOS
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/5216468986191886

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. R. GAL. CARNEIRO, 460 - 6º CENTRO 80060150 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (041) 33605105 Fax: (041) 33605105
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1989 - 1991	Doutorado em História. Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, PARIS 3, França. Título: Le patronat et le pouvoirs publics au Paraná (Brésil) 1940-1965, Ano de obtenção: 1991. Orientador: Frederic Mauro. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
1980 - 1985	Mestrado em História Social (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Memória, trabalho e resistência. Curitiba, 1890-1920.,Ano de Obtenção: 1985. Orientador: Adalberto Marson. Palavras-chave: História Social; História Social do Trabalho; História do Paraná. Grande área: Ciências Humanas Setores de atividade: Educação Superior.

Pós-doutorado

2013	Pós-Doutorado. Instituto de Ciências Sociais Univ.Lisboa, ICS/UL-Pt, Portugal. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Grande área: Ciências Humanas Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História Cultural.
2007 - 2008	Pós-Doutorado. École de Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França. Grande área: Ciências Humanas

Formação Complementar

Atuação Profissional

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: PROFESSOR ADJUNTO II, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades

07/1994 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes.

Linhas de pesquisa

[Espaço e Sociabilidades](#)

07/1994 - Atual

Ensino, História, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

História do Brasil IV (Contemporâneo)

Hiastória do Brasil III (Republicano)

07/1994 - Atual

Ensino, História, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Tópicos Especiais em História

História do Brasil Republicano

Linhas de pesquisa

1.

[Espaço e Sociabilidades](#)

Objetivo: A Linha de Pesquisa ESPAÇO E SOCIABILIDADES dedica-se a temas e problemas de investigação articulados a partir de três eixos centrais. O primeiro refere-se às configurações humanas ou sociais, as quais são examinadas tanto em pequena escala ? a paróquia, a corporação, a rede parental ? como em escala ampla e de largo alcance, como o império colonial ou o Estado nação moderno. Tais configurações humanas ou sociais não são vistas como estruturas estáticas e imutáveis, dotadas de posições fixas. Antes, elas se alteram e se transformam processualmente, como formas dinâmicas de sociabilidades entre indivíduos e grupos, originárias de pactuações, alianças, deslocamentos populacionais ou de situações conflituosas, como conquistas, guerras e convivências forçadas. Dotadas de autonomia relativa, conformam sistemas que, ao mesmo tempo, acenam para o entrelaçamento entre sociedades espacialmente distantes. O mundo atlântico, os impérios coloniais e as dinâmicas espaciais de áreas específicas, como o Atlântico Sul, representam sistemas que articulam várias configurações sociais entrelaçadas. O segundo eixo de interesse diz respeito a uma periodização predominantemente demarcada por balizas cronológicas que partem do Antigo Regime, passando pela transição ilustrada até o liberalismo. Esta larga periodização permite o entendimento de estruturas historicamente caracterizadas pelas concepções ligadas à sociedade corporativa, plural ou compósita, pelas ligações humanas de tipo oligárquico, bem como por novas noções que apontam para a corrosão da ordem antiga, e para a emergência de novas relações e identidades familiares, étnicas, sociais, políticas, de trabalho e de soberania. As várias facetas da governação dos homens e das coisas, as representações da natureza, da sociedade e dos espaços, os modos de funcionamento de corpos sociais, as relações decorrentes do escravismo e das diversas modalidades de trabalho compulsório, bem como os movimentos e dinâmicas populacionais e das rede.

Grande área: Ciências Humanas

Grande Área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História Moderna e Contemporânea.

Setores de atividade: Educação Superior.

Palavras-chave: História Política; História Social.

Projetos de pesquisa

2019 - Atual

Estado e conflitos sociais no Brasil contemporâneo

Descrição: O objetivo é uma análise histórica e historiográfica da conjuntura dos anos 1930 a 1990, focando na relação Estado e sociedade civil no Brasil. Alguns recortes serão trabalhados, tais como a crise do Estado brasileiro dos anos 1960 (a crise do nacional-popular) e 1970/80 (crise do regime autoritário e redemocratização) focando na análise do discurso político da imprensa, da Igreja e dos movimentos sociais..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (1) Doutorado: (3) .

Integrantes: Luiz Carlos Ribeiro - Coordenador / Pamela Beltramin Fabris - Integrante / Igor Vitorino da Silva - Integrante / Gabriela Cassia Grimm - Integrante / Dayane de Sousa Lima - Integrante / Fernando Henrique de Almeida - Integrante / Denilton Novais Azevedo - Integrante / Isaias Holowate - Integrante.

2014 - 2021

Mercado irregular de jogadores brasileiros de futebol no estrangeiro (1980-2015)

Descrição: O objetivo do projeto é propor e desenvolver ferramentas teóricas e metodológicas que possibilitem, no contexto da diáspora de brasileiros em direção a Portugal, entre os anos 1980-2015, o estudo de um fenômeno específico: o mercado irregular de jogadores brasileiros de futebol no estrangeiro. Nesse sentido, o objeto desse artigo não é a internacionalização formal de jogadores profissionais mas, considerando o fluxo migratório de pessoas comuns, pretende-se mapear e analisar a franja subterrânea da transferência ilegal que envolve os atletas amadores brasileiros, em especial para Portugal, fenômeno que, pela sua informalidade, extrapola o campo esportivo e se inscreve no contexto das migrações internacionais..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Doutorado: (2) .

Integrantes: Luiz Carlos Ribeiro - Coordenador / Ernesto Sobocinski Marczal - Integrante / Daniel V. Ferreira - Integrante / Nuno Miguel Rodrigues Domingos - Integrante.

Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro.

Projetos de extensão

2012 - 2019

Descrição arquivística do acervo ?Conselho Regional de Desportos ? 1941-1985?

Descrição: O projeto visa a identificação, classificação e disponibilização à comunidade científica e ao público em geral, do Acervo Documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná, constituído de 164 caixas de documentos diversos, abrangendo o período de 1941 a 1985 (Fundo PB 061 ? Depósito 51), num esforço conjunto do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (Anexo I), do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, todos da Universidade Federal do Paraná, e do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (3) .

Integrantes: Luiz Carlos Ribeiro - Coordenador / Jhonatan U. Souza - Integrante / Eduardo Pereira - Integrante / Daniel V. Ferreira - Integrante / Daniele C. Viana - Integrante / Matheus C. de Oliveira - Integrante.

Número de produções C, T & A: 2

Membro de corpo editorial

2015 - Atual

Periódico: Revista de estudos sobre Futebol, Linguagem e Artes

2010 - Atual

Periódico: Recorde: Revista de História do Esporte

2004 - Atual

Periódico: Revista de História Regional

2002 - 2017

Periódico: História. Questões e Debates

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Humanas / Área: História.

2.

Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil/Especialidade: História do Brasil República.

Idiomas

Francês

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2001

Prêmio Jabuti, Câmara Brasileira do Livro.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

SCOPUS

SCOPUS

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **RIBEIRO, L.C.**; Marczal, Ernesto Sobocinski . A (des)politização do futebol nas narrativas sobre a Copa na Argentina de 1978. Revista de História da Unisinos, v. 25, p. 122-132, 2021.
2. **RIBEIRO, LUIZ CARLOS**; SOUZA, JHONATAN UEWERTON . O futebol na proposta autoritária e corporativista da Era Vargas (1930-1945). TOPOI (RIO DE JANEIRO), v. 22, p. 160-181, 2021.
3. **RIBEIRO, L.C.**. A (des)politização dos jogos olímpicos modernos. HISTÓRIA. QUESTÕES E DEBATES, v. 68, p. 208-228, 2020.
4. **RIBEIRO, L.C.**. CIRCULAÇÃO IRREGULAR DE JOGADORES BRASILEIROS NO MERCADO INTERNACIONAL. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 25, p. 175-186, 2017.
5. **RIBEIRO, L. C.**. A modernidade do futebol na História. Vozes, Pretérito & Devir, v. I, p. 10-30, 2016.
6. **RIBEIRO, L. C.**. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. Ciência e Cultura, v. 66, p. 27-30, 2014.
7. **RIBEIRO, L. C.**. El mundial de fútbol en el país del fútbol. ¿Qué lugar es este?. Istor: Revista de Historia Internacional, v. XV, p. 101-109, 2014.
8. **RIBEIRO, L. C.**; GOLCALVES, M. G. S. ; ROCHA, S. O. ; AYRES, G. M. . Descrição arquivística do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná. Acervo (Rio de Janeiro), v. 27, p. 80-92, 2014.
9. GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak ; **RIBEIRO, L. C.** . A Luta entre catolicismo e comunismo nas páginas das revistas curitibanas, 1945-1964. Religare (UFPB), v. 11, p. 191-216, 2014.
10. **RIBEIRO, L. C.**. Reordenamento das ligas de futebol. Crise ou nova ordem?. Recorde: Revista de História do Esporte, v. 5, p. 1-31, 2012.
11. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol, entre o nacional e o regional. Revista de História Regional, v. 2, p. 347-377, 2012.
12. 🌟 **RIBEIRO, L. C.**. Futebol: Por uma história política da paixão nacional. História. Questões e Debates, v. 57, p. 15-43, 2012.
13. **RIBEIRO, L. C.**. História e historiografia do futebol brasileiro: da crise da tradição às novas epistemes. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), v. 15, p. 01-20, 2010.
Citações: **SCOPUS** 1
14. **RIBEIRO, L. C.**. O futebol no campo afetivo da história. Movimento (UFRGS. Impresso) **JCR**, Porto Alegre, v. 10, p. 99-111, 2004.
Citações: **SCOPUS** 1
15. **RIBEIRO, L. C.**. Brasil: Futebol e identidade nacional. Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires), Bueno Aires, v. 56, n.8, p. 1-12, 2003.
Citações: **SCOPUS** 5
16. **RIBEIRO, L. C.**. Intelectuales y poder en el Brasil Contemporáneo. Cuadernos Americanos Nueva Época, México, v. 65, n.5, p. 224-240, 1997.
17. **RIBEIRO, L. C.**. A memória do cotidiano na histyória do trabalho. História. Questões e Debates, Curitiba, v. 8, n.14/15, p. 100-115, 1987.
18. **RIBEIRO, L. C.**. Messianismo e revolução. História. Questões e Debates, Curitiba, v. 8, n.14/15, p. 173-176, 1987.
Citações: **SCOPUS** 1
19. **RIBEIRO, L. C.**. Mandonismo local e o movimento republicano. História: Questões e Debates, Curitiba, v. 3, n.4, p. 650-685, 1982.

Livros publicados/organizados ou edições

1. 🌟 **RIBEIRO, L.C.**; OLIVEIRA, M. (Org.) . Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2020. v. 1. 390p .
2. 🌟 **RIBEIRO, L.C.**; GRUNER, C. (Org.) . Utopias e experiencias operárias. Ecos da greve de 1917. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2019. v. 1. 194p .
3. 🌟 DORE, A. (Org.) ; **RIBEIRO, L.C.** (Org.) . O que é sociabilidade?. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2019. v. 1. 255p .
4. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol e globalização. 1. ed. Jundiaí, SP: Fontoura, 2007. v. 1. 248p .

Capítulos de livros publicados

- RIBEIRO, L.C.**. Processos migratórios de brasileiros (1980-2018). In: RIBEIRO, Luiz Carlos ; OLIVEIRA, Marcio de. (Org.). Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2020, v. 1, p. 155-177.
- RIBEIRO, L.C.**; OLIVEIRA, M. S. B. S. . Sociedades em movimento: uma análise crítica. In: RIBEIRO, Luiz Carlos ; OLIVEIRA, Marcio de. (Org.). Sociedades em movimento. Fluxos internacionais, conflitos nacionais. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2020, v. 1, p. 7-17.
- RIBEIRO, L.C.**. Futebol e política. In: Sérgio Giglio ; Marcelo Proni. (Org.). Futebol nas Ciências Sociais no Brasil. 1ed.Campinas: Editora Unicamp, 2020, v. 1, p. 15-43.
- RIBEIRO, L.C.**. Greve geral 1917: Organização e luta operária em Curitiba. In: Luiz Carlos Ribeiro, Clóvis Gruner. (Org.). Utopias e experiências operárias. Ecos da greve de 1917. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1, p. 31-55.
- RIBEIRO, L.C.**. A sociabilidade na narrativa histórica. In: Andréa Doré, Luiz Carlos Ribeiro. (Org.). O que é sociabilidade. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2019, v. 1, p. 37-55.
- RIBEIRO, L.C.**. Experiência operária em Curitiba: a greve geral de 1917. In: MENDONÇA, Joseli M. N. ; SOUZA, Jhonatan U.. (Org.). Paraná insurgente: História e lutas sociais ? séculos XVIII ao XXI. 1ed.São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, v. 1, p. 229-242.
- RIBEIRO, L. C.**; RIBEIRO, G. A. . Futebol como objeto de cultura.. In: CORNELSEN, Elcio; AUGUSTIN, Günther, SILVA, Sílvio Ricardo da. (Org.). Futebol, linguagem, artes, cultura e lazer. 1ed.Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2015, v. 1, p. 109-121.
- RIBEIRO, L. C.**. Futebol, identidade nacional e Ciências Sociais no Brasil. In: Diego Armus, Stefan Rinke. (Org.). Del football al fútbol/futebol: Historias argentinas, brasileiras y uruguayas en el siglo XX. 1ed.Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert, 2014, v. 1, p. 185-202.
- RIBEIRO, L. C.**. A crônica esportiva como fonte para o estudo histórico. In: Miguel Archanjo de Freitas Junior ; André Mendes Capraro. (Org.). Passe de letra: Crônica esportiva e sociedade brasileira. 1ed.Ponta Grossa: Editora Vila Velha, 2012, v. 1, p. 22-47.
-  **RIBEIRO, L. C.**. The Culture of Football: Brazil and Europe. In: Ryszard Stemplowski. (Org.). Europe ? Latin America: Looking At Each Other?. 1ed.Warsaw (Polonia): Polish Institute of International Affairs, 2010, v. 1, p. 139-168.
- RIBEIRO, L. C.**. A crise da autonomia no futebol globalizado: A experiência europeia (1985-2007). In: RIBEIRO, Luiz. (Org.). Futebol e globalização. 1ed.Jundiaí, SP: Fontoura, 2007, v. 1, p. 47-66.
- RIBEIRO, L. C.**. Circularidades e permanências presentes na formação literária brasileira.. In: Araújo, Joana Luiza Muylaert ; Arantes, Luiz Humberto Martins. (Org.). Imagens do Brasil disseminadas em prosa e verso: histórias sem data, lugares à margem.. 1ed.Uberlândia (MG): EDUFU, 2007, v. 1, p. 65-78.
- RIBEIRO, L. C.**. Norbert Elias e a História Cultural. In: Alonso Bezerra de Carvalho ; Carlos da Fonseca Brandão. (Org.). Introdução à sociologia. Max Weber e Norbert Elias. 1ed.São Paulo: Avercamp Editora, 2005, v. 1, p. 89-104.
- RIBEIRO, L. C.**. Trabalho e realização. In: Avelino A. Correa. (Org.). Para Filosofar. 4ed.São Paulo: Scipione, 2001, v. , p. 193-222.
- RIBEIRO, L. C.**. O sonho do progresso. In: Maria José Justino. (Org.). Tradução;/Contradição. Curitiba: Museu de Arte Contemporânea/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986, v. , p. 113-115.

Textos em jornais de notícias/revistas

- RIBEIRO, L. C.**. Futebol e identidade nacional. Textos do Brasil, Brasília (DF), p. 112 - 121, 15 out. 2010.
- RIBEIRO, L. C.**. Futebol, razões e sentimentos. Sem Fronteiras (Curitiba), Curitiba, p. 80 - 86, 30 jun. 2009.
- RIBEIRO, L. C.**. La invención de Brasil por la pasión del fútbol. Historia Fundacion Mapfre, Espanha, p. 1 - 5.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

- RIBEIRO, L. C.**. Futebol e ditadura na América Latina: a experiência do C.O.B.A.. In: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. Simpósio nacional. Natal: ANPUH, 2013. p. 01-12.
- RIBEIRO, L. C.**; Ferreira, Daniel . Um registro regional do nacional: memórias do jornalismo paranaense. In: XI Encontro Nacional de História Oral Memória, Democracia e Justiça, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, 2012. p. 1-24.
- RIBEIRO, L. C.**. Brazil and Europe: The Culture of Football and the Mutual Perceptions. In: Europe and Latin America: Looking at each other?, 2009, Varsóvia e Cracóvia. Europe and Latin America: Looking at each other?. Varsóvia-Cracóvia (Polônia): The polish Institute of International Affairs, 2009. v. 01. p. 41-48.
- RIBEIRO, L. C.**; CAPRARO, A. M. ; MOLETTA JUNIOR, C. L. . Aproximações entre a literatura e o futebol nas décadas de 1920 e 1930.. In: I Colóquio Nacional sobre Esporte, 2008, Londrina. Anais do I Colóquio Nacional sobre Esporte. Londrina. Londrina: UEL, 2008. v. 1.
- RIBEIRO, L. C.**. Impacts du football mondialisé en Europe et en Amérique Latine. In: Primer Encuentro Transdisciplinario, 2008, Paris. Primer Encuentro Transdisciplinario. Paris: Casa de México en Paris, 2008. v. 01. p. 190-208.
- RIBEIRO, L. C.**. Violência e civilização. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2005, Ponta Grossa. Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa: UFTPR, 2005. v. 1.
- RIBEIRO, L. C.**. Cordialidade e civilização: a configuração civilizacional brasileira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: 8o Simpósio Processo Civilizador, História e Educação, 2004, João Pessoa. Anais do 8o Simpósio Processo Civilizador, História e Educação. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2004. v. 1.
- RIBEIRO, L. C.**. O futebol no campo político das massas. In: 9o Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 2004, Recife. Anais do 9o Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Recife: Editora Universitária UFPE, 2004. v. 1.
- RIBEIRO, L. C.**. Futebol e Identidade Nacional. Uma leitura freyreana. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH, 2003.
- RIBEIRO, L. C.**. Civilização e cordialidade. Norbert Elias e Gilberto Freyre: Diálogos sobre um processo. In: VII Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação, 2003, Piracicaba (SP). 7 Simpósio Internacional Processo Civilizador História Civilização e Educação, 2003.
- RIBEIRO, L. C.**. O futebol entre a malandragem e a cordialidade. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 2002, Ponta Grossa. Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação Física,

Esporte, Lazer e Dança. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

12.

RIBEIRO, L. C.. Historiografia do futebol brasileiro nos Anais do "Encontro de História". In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, 2000, Gramado. Memórias e Descobrimentos: 500 anos de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança no Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 123-126.

13.

RIBEIRO, L. C.. Metodologia para uma história da formação do futebol profissional (1900-1945). In: VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1998, Rio de Janeiro. VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1998. p. 127-138.

14.

RIBEIRO, L. C.. Governabilidade e ação sindical: governo, partidos políticos e centrais sindicais. In: I Congresso Europeo de Latinoamericanistas, 1997, Salamanca. Anais do I Congresso Europeo de Latinoamericanistas. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1996. v. 1. p. 223-241.

15.

RIBEIRO, L. C.. Reflexões sobre metodologia para uma história da Educação Física. In: V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1997, Maceió. As Ciências Sociais e a História do esporte, lazer e Educação Física. Ijuí: Ed da UNIJUÍ, 1997. p. 56-62.

16.

RIBEIRO, L. C.. História e memórias das elites no Paraná. In: IV Encontro Nacional de História ANPUH-PR, 1996, Londrina. Cultura e Cidadania. Anais do IV Encontro Regional de História ANPUH-PR. Londrina: ANPUH-PR, 1994. v. 1. p. 148-156.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1. **RIBEIRO, L. C.**. O futebol na História. In: XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 2016, Campinas. Anais do XIV CHELEF 2016. Campinas*: FEF/Unicamp, 2016. p. 24-27.

Resumos publicados em anais de congressos

1. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol, violência e globalização. In: XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Leopoldo, RS: Ed Unisinos, 2007. v. 1. p. 1425-1425.
2. **RIBEIRO, L. C.**. História do esporte no ensino da História.. In: X Encontro Regional da ANPUH-PR, 2006, Maringá. Anais do X Encontro Regional da ANPUH-PR. Maringá, 2006. v. 1. p. 36-37.
3. **RIBEIRO, L. C.**. Avaliações e perspectivas da História do Esporte. In: X Congresso Nacional do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança, 2006, Curitiba. Anais do X Congresso Nacional do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança. Curitiba, 2006. v. 1. p. 27-28.
4. **RIBEIRO, L. C.**. Interpretações circulares do caráter nacional brasileiro em Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido.. In: X Congresso Internacional da ABRALIC, 2006, Rio de Janeiro. Anais do X Congresso Internacional da ABRALIC. Rio de Janeiro: Abralic, 2006. v. 1. p. 234-235.
5. **RIBEIRO, L. C.**. História e historiografia do futebol brasileiro. In: 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2002, Gramado. 23ª Reunião Brasileira de Antropologia. Gramado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
6. **RIBEIRO, L. C.**. História e Historiografia do Futebol Paranaense. In: VIII Encontro Regional de História - 150 Anos de Paraná: História e historiografia, 2002, Curitiba. Resumos do VIII Encontro Regional de História - 150 Anos de Paraná: História e historiografia. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002. v. 1. p. 29.
7. **RIBEIRO, L. C.**. O individual e o coletivo na Cultura Política: um debate em torno de Norbert Elias. In: XXI Simpósio Nacional História no Novo Milênio: Entre o individual e o coletivo, 2001, Niterói. Livro de Resumos. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001. p. 152-153.
8. **RIBEIRO, L. C.**. Aspectos culturais da brasilidade na fundação do povo e da nação. O Brasil no final do século XIX e início do XX. In: Portugal/Brasil no século XX: Sociedade, cultura e ideologia, 2001, Curitiba. Resumos do Colóquio Internacional. Curitiba: UFPR, 2001. p. 17.
9. **RIBEIRO, L. C.**. Violência e formação social do futebol no Paraná. In: VII Encontro Regional de História "Violência e Direitos: 500 anos de lutas", 2000, Marechal Candido Rondon. Anais do VII Encontro Regional de História "Violência e Direitos: 500 anos de lutas". Mal Candido Rondon, 2000.
10. **RIBEIRO, L. C.**. Possibilidades teóricas para uma história do futebol. In: 1º Congresso de Humanidades, 2000, Curitiba. Resumos do 1º Congresso de Humanidades. Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPR, 2000. v. 1. p. 106.
11. **RIBEIRO, L. C.**. Os PCN's e a formação do futebol brasileiro (1890-1920). In: 1º Congresso de Humanidades, 2000, Curitiba. Resumos do 1º Congresso de Humanidades. Curitiba: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPR, 2000. v. 1. p. 194.
12. **RIBEIRO, L. C.**. O tema do desenvolvimento no imaginário político paranaense - 1930-1960. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica / IV Conferência Internacional de História de Empresas, 1999, Curitiba. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica / IV Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba, 1999. v. 1.
13. **RIBEIRO, L. C.**. Intelectuales y poder en el Brasil Contemporáneo. In: VIII Congreso Internacional de la Federacion Internacional de estudios sobre America latina y el Caribe, 1997, Talca. Anais do VIII Congreso Internmacional de la Federacion Internacional de Estudios sobre America latina y el caribe. Talca, 1997. v. 1.
14. **RIBEIRO, L. C.**. O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945). In: XIX Simpósio Nacional de História da ANPUH, 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. Belo Horizonte: ANPUH/Humanitas-Publicações FFLCH/USP, 1997. v. 1. p. 255-265.
15. **RIBEIRO, L. C.**. Elites nacionais e regionais no Estado Novo: memória, história e historiografia. In: IV Encontro Regional de História ANPUH-PR, 1995, Londrina. Anais do IV Encontro Regional de História ANPUH-PR, 1995. v. 1.
16. **RIBEIRO, L. C.**. Currículo Básico: história e ideologia. In: IV Encontro Regional de História/ANPUH-PR, 1995, Londrina. Anais do IV Encontro Regional de História/ANPUH-PR. Londrina, 1995.
17. **RIBEIRO, L. C.**. A América Latina no ensino de História de 1 e 2 graus, no Brasil. In: I Congresso de Educação para Integração da América Latina no Brasil, 1992, Mal. Candido Rondon. Anais do I Congresso de Educação para Integração da América Latina no Brasil, 1992. v. 1.

Apresentações de Trabalho

1. **RIBEIRO, L.C.**. Circulação Irregular de jogadores de futebol no mercado global. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **RIBEIRO, L.C.**. ?Socialização de imigrantes brasileiros em Portugal (1980-2015)?.. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
3. **RIBEIRO, L. C.**. O futebol na História. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **RIBEIRO, L. C.**. Processos de crioulização do Ocidente. Uma leitura brasileira da globalização. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **RIBEIRO, L. C.**. Estado e Movimentos Sociais no Brasil do Século XXI. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **RIBEIRO, L. C.**. Nação e futebol como metáforas.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
7. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol e ditadura na América Latina (ou) Os usos do futebol. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
8. **RIBEIRO, L. C.**. Crise ou modernidade no futebol brasileiro?. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
9. **RIBEIRO, L. C.**. Fundamentos históricas na relação entre Futebol, Estado e Sociedade no Brasil. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
10. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol e racismo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
11. **RIBEIRO, L. C.**; Ferreira, Daniel . Um registro regional do nacional: memórias do jornalismo paranaense. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
12. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol, sentimento e política. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
13. **RIBEIRO, L. C.**. Reordenamento das ligas de futebol. Crise ou nova ordem?.. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
14. **RIBEIRO, L. C.**. a atual estrutura governativa do futebol. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
15. **RIBEIRO, L. C.**. Cinema e futebol no Brasil Contemporâneo. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
16. **RIBEIRO, L. C.**. Raça e nação no futebol brasileiro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
17. **RIBEIRO, L. C.**. Sobre a atual estrutura organizativa do futebol. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **RIBEIRO, L. C.**. Brazil and Europe: The Culture of Football and the Mutual Perceptions. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. **RIBEIRO, L. C.**. Mercado globalizado de jogadores de futebol. 2009. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
20. **RIBEIRO, L. C.**. História e historiografia do futebol: da crise da tradição a novas epistemes. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
21. **RIBEIRO, L. C.**. Análise do filme "O senhor as armas". 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **RIBEIRO, L. C.**. État, société et football: une expérience européenne de la mondialisation (1980-2007). 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **RIBEIRO, L. C.**. Etat, société et football: une expérience européenne de mondialisation. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
24. **RIBEIRO, L. C.**. Cobséquences des transformations économiques du football européen sur les relations entre clubs de football et les fédérations internationales. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
25. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol, violência e globalização. 2007. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

Outras produções bibliográficas

1. **RIBEIRO, L.C.**. Definições, antecedentes, pontos de partida. São Paulo: Intermeios, 2019. (Tradução/Artigo).
2. **RIBEIRO, L. C.**. Prefácio. Maringá (PR), 2014. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
3. **RIBEIRO, L. C.**. Apresentação. Curitiba, 2012. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.
4. **RIBEIRO, L. C.**. Memória e política no desenvolvimento do Paraná: 1960 ou os anos da modernidade. Curitiba: IPARDES, 1991 (Boletim de Pesquisa).
5. **RIBEIRO, L. C.**. 1º de Maio. Curitiba: Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988 (Suplemento Cultural).
6. **RIBEIRO, L. C.**. Apresentação. Curitiba, 1985. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **RIBEIRO, L.C.**. Revista Mosaico. 2019.
2. **RIBEIRO, L.C.**. Historia: Questões e Debates. 2019.
3. **RIBEIRO, L. C.**; Silva, Ruanita Constatntina da . Futebol e racismo em Curitiba. 2012.
4. **RIBEIRO, L. C.**; Haag, Fernanda Ribeiro . Futebol e racismo em Curitiba. 2011.

Demais tipos de produção técnica

1. **RIBEIRO, L.C.**; DORE, A. C. ; Agulhon, M. ; Nadalin, S. ; Silva, Luiz Geraldo ; Shibata, R. ; ZECHLINSKI, B. P. ; BENTHIEN, R. ; Voigt, L. ; Lima, P. ; GUILLEN, I. C. M. ; Gillies, A. M. ; Lourenc ; Machado, I. ; OLIVEIRA, M. S. B. S. ; Marczal, Ernesto Sobocinski . O que é sociabilidade. 2019. (Editoração/Coletânea).
2. **RIBEIRO, L.C.**; GRUNER, C. ; Lopreato, C. ; BOSCHILIA, Roseli ; MENDONCA, J. M. N. ; FABRIS, P. B. ; AREND, S. M. F. ; FERRER, C. ; AVELINO, N. ; OJEDA, J. . Utopias e experiencias operárias. Ecos da greve de 1917. 2019. (Editoração/Coletânea).
3. **RIBEIRO, L.C.**; OLIVEIRA, M. S. B. S. ; CAVALCANTI, L. ; WISE, R. ; SOUZA, I. L. T. S. ; GEDIEL, J. ; Friedrich, T. ; thrä ; TRIANDAFYLLIDOU, A. ; PADILLA, B. ; FRANÇ ; PENCHASZADEH, A. P. ; SFERCO, S. ; PEDONE, C. ; AMARAL, F. B. ; FLORIANI, Dimas ; DUPERRON, C. ; FRANGUIADAKIS, S. ; SIMMEL, G. . Sociedades em movimento fluxos internacionais, conflitos nacionais. 2019. (Editoração/Coletânea).

4. **RIBEIRO, L.C.**. Circulação Irregular de jogadores de futebol no mercado global. 2019. (Relatório de pesquisa).
5. **RIBEIRO, L. C.**. Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
6. **RIBEIRO, L. C.**. Nação e identidade nacional no período republicano ? construção e desconstrução de identidades homogêneas. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
7. **RIBEIRO, L. C.**; DAMO, A. S. ; CORNELSEN, E. L. ; RASPAUD, M. ; MOREIRA, M. V. ; SANTOS, J. M. C. M. ; DRUMOND, M. ; Melo, Victor Andrade de ; PEREIRA, L. G. ; VAZ, A. F. ; DUPLA, S. A. ; SILVA, E. O. ; TORRAO FILHO, A. ; CAIRES, D. R. . História: Questões e Debates. 2012. (Editoração/Periódico).
8. **RIBEIRO, L. C.**; Silva, Ruanita Constatntina da . Futebol e racismo em Curitiba. 2012. (Relatório de pesquisa).
9. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol e globalização. 2007. (Editoração/Coletânea).
10. **RIBEIRO, L. C.**. História: Questões & Debates. 2006. (Editoração/Periódico).
11. **RIBEIRO, L. C.**. História: Questões & Debates. 2006. (Editoração/Periódico).

Demais trabalhos

1. **RIBEIRO, L. C.**. V Simpósio Internacional Processo Civilizador:. 2000 (Coordenação de Simpósio Internacional) .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **RIBEIRO, L.C.**; GONÇALVES, M.; CZAJKA, R.. Participação em banca de Fernando Mendes Coelho. Liberalismo e ditadura militar: Controvérsias em "Quem é quem na economia brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
2. **RIBEIRO, L.C.**; FREITAS JUNIOR, M. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R.. Participação em banca de Edilson de Oliveira. Redescobrimo o sentido do jogo: Um estudo etnográfico do processo de aprendizagem da cultura no Mirante Esporte Clube, em Ponta Grossa, Paraná (2013-2017). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
3. **RIBEIRO, L.C.**; CAPRARO, André Mendes; SILVA, M. M. E.. Participação em banca de Bianca Gutierrez Gianatti. Ernest Hemingway, um, sportsman na França nos 1920. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná.
4. **RIBEIRO, L. C.**; FREITAS JUNIOR, M. A.; CUNHA, L. A. G.. Participação em banca de Ana Flávia Braun Vieira. Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
5. **RIBEIRO, L. C.**; FREITAS JUNIOR, M. A.. Participação em banca de Ernesto Sobocinski Marczal. ?O caneco é nosso?: Futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970.. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
6. **RIBEIRO, L. C.**; MAGALHÃES, Marion D B de. Participação em banca de Fabiano Fazon. Hegemonia em construção: O edifício sede do M.E.S. e a consolidação da arquitetura moderna no Brasil durante o estado Novo. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
7. **RIBEIRO, L. C.**; NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Sá. Participação em banca de Andrea Beatriz Wosniak Giménez. O medo da revolução social naTerra dos Pinheirais: Imaginário anticomunista na sociedade de Curitiba, 1947-1964. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
8. **RIBEIRO, L. C.**; LOPES, Renato Leite; BOSCHILIA, Roseli. Participação em banca de Ana Maria Rufino Gillies. Políticas públicas e utensilagem mental: uma análise das reformas propostas por Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1856 e 1878. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
9. **RIBEIRO, L. C.**; NAPOLITANO, Marcos; BRETAS, Marcos. Participação em banca de Maria Clara Wasserman. Abre a cortina do passado: A revista de música popular e o pensamento folclorista. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
10. **RIBEIRO, L. C.**; NAPOLITANO, Marcos; OLIVEIRA, Marcus Taborda de. Participação em banca de André mendes Capraro. Football, uma prática elitista e civilizadora. Investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
11. **RIBEIRO, L. C.**; MAGALHÃES, Marion D B de; SILVA, Osvaldo Heller da. Participação em banca de Claércio Ivan Schneider. Os senhores da terra: Produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
12. PILATTI, Luis; **RIBEIRO, L. C.**; GEBARA, Ademir. Participação em banca de Miguel Archonju de Freitas Junior. Administração futebolística em equipes de pequeno porte: um estudo do Operário Ferroviário Esporte Clube. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
13. MARCHI, Euclides; **RIBEIRO, L. C.**; SUNYÊ, Marcos; TOMASI, Nelson; BASTOS, Maria Inês Ribeiro. Participação em banca de Emilio Carlos Boschilia. Informática pública: centralismo, força e poder. O Estado do Paraná como caso. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
14. OLIVEIRA, Dennison de; **RIBEIRO, L. C.**; LOPES, Marcos Antonio. Participação em banca de Róbi Jair Schmidt. Cenas da constituição de um mito político. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
15. MAGALHÃES, Marion Dias B de; **RIBEIRO, L. C.**; COSTA, Edson José da. Participação em banca de Semi Cavacante de Oliveira. Irreverências mil prá noite do Brasil: Imagens do regime militar nas canções engajadas. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
16. OLIVEIRA, Dennison de; **RIBEIRO, L. C.**; PERISSINATO, Renato. Participação em banca de Isabel Cristina Couto. Ação

política empresarial: O caso GEC (Grupo de Empresários de Curitiba), 1990-1998. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

Teses de doutorado

- RIBEIRO, L. C.;** CAPRARO, André Mendes; CORNELSEN, E. L.; SILVA, M. M. E.; SCHWARTZ, A.. Participação em banca de Natasha Santos Lise. Arsenal, we're on your side: uma análise do futebol em Nick Hornby. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná.
- RIBEIRO, L. C.;** DORE, A. C.; HEINSFELD, A.; BENTHIEN, R. F.; DALFRÉ, L. A.. Participação em banca de Odair Eduardo Geller. Jose Bernardino Bormann, José Ignacio Garmendia e Juan Crisostomo Centurion e a narrativa da Guerra contra o Paraguai. 2018. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
- RIBEIRO, L. C.;** CAPRARO, A. M.; Melo, Victor Andrade de; CORNELSEN, E. L.. Participação em banca de André Alexandre Guimarães Couto. Cronistas esportivos em campo: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958). 2016. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
- RIBEIRO, L. C.;** Furtado, João Pinto; Neves, Lucília de Almeida; Marques, Rita de Cásia; Melo, Victor Andrade de. Participação em banca de Euclides de Freitas Couto. Jogo de extremos: futebol, cultura e política no Brasil (1930-1978). 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- RIBEIRO, L. C.;** CAPRARO, André Mendes. Participação em banca de Miguel Archanjo de Freitas Junior. No meio do caminho: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950. 2009. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
- RIBEIRO, L. C.;** NAXARA, M. R. C.; SEIXAS, J. A.; MONZANI, J. M. A. S.; GARCIA, T. C.. Participação em banca de Cassio dos Santos Tomaim. Enrincheirados no tempo: a FEBE os ex-combatentes no cinema documentário. 2008. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- MAGAHÃES, Marion; **RIBEIRO, L. C.;** BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Marcia; MARTINS, Ana Paula Vosne. Participação em banca de Claudia Bettina Römmelt Jahnel. O arquivamento do eu: O diário de Hugo Delitsch e as lembranças de Emma Anton (1844-1859). 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- RIBEIRO, L. C.;** OLIVEIRTA, Dennison de; FLORIANI, Dimas; DIAS, Edmundo Fernando; SIMONATTO, Ivete. Participação em banca de Anita Helena Schlesener. A recepção de gramsci no Brasil: A interpretação no contexto do PCB nos anos 60. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- GEBARA, Ademir; **RIBEIRO, L. C.;** ABURTO, Hugo Aranguiz; PAES, Roberto Rodrigues; BRHNS, Heloisa Turini. Participação em banca de Fernando Marinho Mezzadri. Histórias das políticas públicas do esporte e lazer no Estadop do Paraná. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas.
- GEBARA, Ademir; **RIBEIRO, L. C.;** DECCA, Edgard Salvadori de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; PAES, Roberto Rodrigues. Participação em banca de Luiz Alberto Pilatti. Os donos das pistas: uma efígie sociológica do esporte federativo brasileiro. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas.

Qualificações de Doutorado

- RIBEIRO, L. C.;** MARTINS, Ana Paula Vosne; BERTUCCI, Liane M.. Participação em banca de Joseanne Zingleara Soares Marinho. Entre Estado, médicos e mães: As políticas públicas de saúde materno-infantis no Piauí (1937-1945). 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
- RIBEIRO, L. C.;** CAPRARO, A. M.; Melo, Victor Andrade de. Participação em banca de André Alexandre Guimarães Couto. Cronistas esportivos em campo: letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958). 2015. Exame de qualificação (Doutorando em História) - Universidade Federal do Paraná.

Qualificações de Mestrado

- GOLCALVES, M.; **RIBEIRO, L.C.;** CZAJKA, R.. Participação em banca de Fernando Mendes Coelho. Liberalismo e ditadura militar brasileira: controversias em "Quem é Quem na economia brasileira". 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR.
- OLIVEIRA, M. S. B. S.; MACAGNO, L.; **RIBEIRO, L. C.;** Participação em banca de Luara Antunes Stilmeir. Trajetória imigrante e resgate geracional: famílias Fontana e Essfelder. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.
- RIBEIRO, L. C.;** FREITAS JUNIOR, M. A.; CORDOVA, M. J. W.; CUNHA, L. A. G.; ANTUNES, A. C.. Participação em banca de Ana Flávia Braun Vieira. Construindo memórias e forjando identidades: Análise de discurso do jornal O Tibagi sobre a história de Monte Alegre. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

- RIBEIRO, L. C.;** Participação em banca de Thiago de Carvalho Miranda. A participação do Estado na construção do campeonato brasileiro de futebol e a hegemonia do eixo Rio-São Paulo (1971-2011). 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná.
- RIBEIRO, L. C.;** Participação em banca de Fernanda Ribeiro Haag. Racismo em Mario Filho: Uma análise da obra O Negro no futebol brasileiro, a partir da questão racial no futebol. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. II Seminário Internacional Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Sociedade. Relações Comerciais de Atletas de Futebol. 2019. (Seminário).
2. V Congress of History and Sport. Mercado irregular de jogadores brasileiros em Portuga. 2018. (Congresso).
3. XIV Congresso Brasileiro de História do Esporte, do Lazer e da Educação Física. O futebol na História. 2016. (Congresso).
4. XIII Congresso Brasileiro de História do esporte, Lazer e Educação Física. História do Futebol. 2014. (Congresso).
5. XIII Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Fundamentos da relação entre Futebol, Estado e Sociedade no Brasil. 2014. (Congresso).
6. I Congresso Internacional de História. Portugal: Um imaginário invisível no futebol espetáculo. 2013. (Congresso).
7. XXVII Simpósio Nacional de História. Futebol e ditadura na América Latina: a experiência do C.O.B.A.. 2013. (Simpósio).
8. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e. Um registro regional do nacional: memórias do jornalismo paranaense. 2012. (Encontro).
9. XIII Encontro Estadual de História. Futebol, Sentimento e Política. 2012. (Encontro).
10. XVI Congresso Internacional de AHILA. Sobre a atual estrutura governativa do futebol. 2011. (Congresso).
11. Simpósio Temático História do Esporte, Lazer e Práticas Corporais (ANPUH-Paraná). Cinema, futebol e política no Brasil contemporâneo. 2010. (Simpósio).
12. Europe and Latin America: Looking at each other?. Brazil and Europe: The Culture of Football and the Mutual Perceptions.. 2009. (Congresso).
13. XI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Educação Física, Lazer e Dança. História e historiografia do futebol: da crise da tradição a novas epistemias. 2009. (Congresso).
14. XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética. Mercado globalizado de jogadores de futebol. 2009. (Simpósio).
15. Futebol e globalização: entre o local e o universal. Futebol, Estado e sociedade globalizados.. 2007. (Simpósio).
16. História de futebol em América Latina. Literatura, MPB e futebol: lógicas comparadas. 2007. (Simpósio).
17. Seminário do Grupo de Estudos "Futebol e Sociedade". Futebol, Estado e sociedade globalizados. 2007. (Seminário).
18. XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH. Futebol, violência e globalização. 2007. (Simpósio).
19. História do Paraná: Pesquisa História e Ensino. Cultura urbana e movimentos sociais na transição republicana. 2003. (Seminário).
20. IV Ciclo de Ciência e Saúde UNICENP. Pesquisa na Educação Física: Referências metodológicas para o estudo do futebol. 2003. (Encontro).
21. VII Congresso Brasileiro de História da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. O futebol entre a cordialidade e a malandragem. 2003. (Congresso).
22. VII Simpósio Internacional Processo Civilizador: História, Civilização e Educação. Civilização e Cordialidade. Norbert Elias e Gilberto Freyre: Diálogos sobre um processo.. 2003. (Congresso).
23. XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Futebol e Identidade Nacional. Uma leitura freyreana. 2003. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **RIBEIRO, L. C.**; Ferreira, Daniel Vinicius; Marczal, Ernesto Sobocinski. Colóquio Futebol e Sociedade. 2015. (Congresso).
2. **RIBEIRO, L. C.**; FLORIANI, Dimas; Marczal, Ernesto Sobocinski; PADROS, E.; CODATO, A.; CASTRO, L.. Futebol e Ditadura na América Latina. 2013. (Congresso).
3. **RIBEIRO, L. C.**; FREITAS JUNIOR, M. A.. Simpósio Temático - História do Esporte, Lazer e Práticas Corporais. 2012. (Outro).
4. **RIBEIRO, L. C.**; MAGALHÃES, Marion D B de; PORTELLA, J. R.; Bellotti, Karina. Seminário Indústria Cultural. 2011. (Outro).
5. **RIBEIRO, L. C.**; Ferreira, Daniel. Seminário Futebol e Sociedade. 2011. (Outro).
6. **RIBEIRO, L. C.**; MAGALHÃES, Marion Dias B de; MARCHI JUNIOR, W.; Rodrigues, Helenice; Sallas, Ana Luisa Fayet; Silva, Luiz Geraldo. Elias e Bourdieu: Metáforas do jogo. 2009. (Congresso).
7. **RIBEIRO, L. C.**; Melo, Victor Andrade de. História do Esporte e das Práticas Corporais. 2009. (Outro).
8. **RIBEIRO, L. C.**. 1958: Que Brasil é esse?. 2008. (Congresso).
9. **RIBEIRO, L. C.**. Futebol e globalização: entre o local e o universal. 2007. (Congresso).
10. **RIBEIRO, L. C.**; Melo, Victor Andrade de. História do Esporte e das Práticas Corporais. 2007. (Outro).
11. Lucena, Ricardo de F.; **RIBEIRO, L. C.**; GEBARA, Ademir. Simpósio temático " História do esporte e do lazer". 2005. (Outro).
12. GEBARA, Ademir; **RIBEIRO, L. C.**; Lucena, Ricardo de F.. Simpósio temático " História do esporte e do lazer". 2003. (Outro).








Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

















1. Fernando Henrique de Almeida. Entre serragens, chuteiras e bailes: Cotidiano e movimento operário na fábrica da Móveis Cimo (1919?1982). Início: 2019. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).



Tese de doutorado

1.  Denilton Novais Azevedo. A trajetória de Octavio Brandão: Do exílio ao isolamento intelectual (1931-1980). Início: 2021. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR. (Orientador).
2.  Isaias Holowate. O jornal que sobreviveu: Discursos e sociabilidades na configuração social do Diário dos Campos, Ponta Grossa (PR) 1907-1921. Início: 2020. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR. (Orientador).
3.  Gabriela Cassia Grimm. Os colonos de Guarujá do Sul: uma história de colonização no extremo-oeste catarinense (1945-1965). Início: 2019. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
4.  Igor Vitorino da Silva. A voz da imprensa no debate da crise habitacional brasileira, 1983-1986. Início: 2019. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
5.  Dayane de Sousa Lima. Ordem dos Frades Menores: Mediação da Diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção em conflitos de terra no Maranhão (1970-1990). Início: 2019. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).
6.  Pamela Beltramin Fabris. Mobilização negra em Curitiba: a formação de redes de solidariedade e a luta por direitos (1888-1910). Início: 2017. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR. (Orientador).
7.  Victor de Leonardo Figols. Identidade Regional e Globalização no Futebol Espanhol: Real Madrid, FC Barcelona e Athletic Club entre os anos de 1975 a 2000. Início: 2017. Tese (Doutorado em Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).








Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.  Igor Vitorino da Silva. Invasões de terras urbanas como notícia: Representações jornalísticas no Espírito Santo, de 1974 a 1984. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
2.  Eduardo Pereira. Entre amadores e profissionais: os agentes políticos da oficialização do futebol profissional paranaense (1930-1945). 2014. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
3.  Daniel Vinicius Ferreira. Os campeonatos brasileiros de 1985 e 2011. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pos graduação em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
4.  Ernesto Sobocinski Marczal. Futebol, política e propaganda: apropriação e repercussões da vitória brasileira na Copa do Mundo de futebol de 1970.. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
5.  FABIANO FAZION. A FORMA E A FUNÇÃO: ESTADO NOVO E ARQUITETURA MODERNA. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
6.  Celso Luiz Moletta Junior. Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do Coritiba Foot Ball Club (1900-1915). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
7.  Andrea Maria Vizzotto Alcântara Lopes. Sensibilidades e engajamentos na trajetória musical de Gonzaguinha e Ivan Lins (1968-1979). 2009. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
8.  Camila Jansen de Mello de Santana. Os pobres como atores históricos no Brasil estadonovista. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
9.  Edgar Bruno Franke Serratto. A Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil (1930-1945). 2008. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
10.  Marina Barbosa de Almeida. As mulatas de Di cavalcanti: representação racial na construção da identidade brasileira nas décadas de 1920 a 1930. 2005. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
11.  Liz Andréa Dalfré. Outras narrativas da nacionalidade: O movimento do Contestado. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
12.  Marcos Gonçalves. "Os arautos da dissolução": Mito, imaginário político e afetividade anticomunista. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
13.  Ediméri Stadler Vasco. Relações de poder no cotidiano do trabalhador, em Curitiba (1890-1920). 2003. 0 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
14.  André Mendes Capraro. Football, uma prática elitista e civilizadora. Investigando o ambiente social e esportivo paranaense do início do século XX. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
15.  Clárcio Ivan Schneider. Os senhores da terra: Produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
16.  Róbi Jair Schmidt. Cenas da consituição de um mito político. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

17.  Liriam Sponholz. O Estado de S. Paulo (1942-1972). Uma Contribuição à história das técnicas jornalísticas. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
18.  Neiva Salete Kern Maccari. Migração e memórias: A colonização do oeste paranaense. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Tese de doutorado

1.  Daniel Vinicius Ferreira. ENTRE TROCAS COMPLEXAS E DESEQUILÍBRIOS: CATALANISMO, IDENTIDADES E PROTAGONISMO ESPORTIVO NO FC BARCELONA E NO RCD ESPANYOL, NA GLOBALIZAÇÃO (1980-2010). 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
2.  Alan Rafael de Medeiros. Caminho da música: Paradigmas e sociabilidades musicais em Curitiba (1945-1963) na atuação da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI). 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
3.  Ernesto Sobocinski Marczal. ¿Qué otra cosa se puede festejar? : narrativas sobre futebol, política e ditadura ao redor da Copa do Mundo de 1978, na Argentina e no Brasil (1975-1978). 2016. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História UFPR, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
4.  Ernesto Sobocinski Marczal. Paixões em campo e nas páginas: a Copa de 1978 na perspectiva da imprensa brasileira e argentina. 2012. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
5.  Miguel Archanjo de Freitas Junior. No meio do caminho: tensões presentes nas representações sobre o futebol e o ideal de modernidade brasileira na década de 1950.. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
6.  André Mendes Capraro. Literatura e futebol: a crônica esportiva e a identidade nacional. 2007. 0 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, . Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
7.  Anita Schlesener. A recepção de Gramsci no Brasil. A interpretação no contexto do PCB, nos anos 60.. 2001. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Rayanna Farias. Um pouco de Bom Senso: o processo de modernização do futebol brasileiro entre os anos de 2012-2015. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
2. Isaque de Sousa Rodrigues. Branco x Preto: Identidade nacional e questão racial dentro das quatro linhas em São Paulo (1927-1929). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
3. George Luis F. S. de Melo. Copa do Mundo 2014: os discursos dos legados de mobilidade urbana em Curitiba.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História - Memória e Imagem) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
4. Rodrigo do Nascimento. Deus é 10, Romário é 11: Um estudo sobre a construção de um herói esportivo nas páginas da Veja, em 1993 e 1994. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
5. Andrea Maria Vizzotto Alcântara Lopes. O Fino da Bossa: Tradição e modernidade na música popular brasileira (1965-1967). 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
6. Andre melo Pesqueira. A criminalização das drogas no Brasil ? Um estudo sobre a Cannabis. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Iniciação científica

1. Thiago de Carvalho Miranda. A participação do Estado na construção do campeonato brasileiro de futebol e a hegemonia do eixo Rio-São Paulo (1971-2011). 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
2. Ruanita C. Silva. Racismo e Futebol em Curitiba. 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Orientações de outra natureza

1. Maria Luiza da Silveira Silva. Comunidade Quilombola João Surá (Adrianópolis). 2015. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
2. Luiz Geraldo Mendes da Silva. O negro livre e o imigrante europeu: A conjuntura 1888/1891 e a formação da desigualdade étnica e social no Paraná. 2015. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
3. Gabriel Elysio Maia Braga. Historiografia do Cinema Novo. 2014. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.
4. Amanda Wrobel Schatz Gouveia. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2013. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao

Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

5.

Diego Polhamann dos Anjos. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2013. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

6. Isaque de Sousa Rodrigues. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2013. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

7. Juliana Stefanis. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2013. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

8. Vanderlei Luiz Trindade. Manifestações de Resistência na Música Popular Brasileira (MPB). 2013. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

9. Daniele Cristina Viana. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2012. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

10. Matheus Canali de Oliveira. Descrição arquivística do acervo Conselho Regional de Desportos 1941-1985. 2012. Orientação de outra natureza. (Abi - História) - Universidade Federal do Paraná, Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Inovação

Projeto de extensão

2012 - 2019

Descrição arquivística do acervo ?Conselho Regional de Desportos ? 1941-1985?

Descrição: O projeto visa a identificação, classificação e disponibilização à comunidade científica e ao público em geral, do Acervo Documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná, constituído de 164 caixas de documentos diversos, abrangendo o período de 1941 a 1985 (Fundo PB 061 ? Depósito 51), num esforço conjunto do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade (Anexo I), do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, todos da Universidade Federal do Paraná, e do Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)..

Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (3) .

Integrantes: Luiz Carlos Ribeiro - Coordenador / Jhonatan U. Souza - Integrante / Eduardo Pereira - Integrante / Daniel V. Ferreira - Integrante / Daniele C. Viana - Integrante / Matheus C. de Oliveira - Integrante.

Número de produções C, T & A: 2

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 19/08/2021 às 13:07:33

Imprimir currículo